



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil SET 2011 • vol. 8 n. 3

**Relocalizando
os sistemas
agroalimentares**

A industrialização da agricultura e a liberalização dos mercados agrícolas são fenômenos que se alimentam mutuamente sob o comando do regime agroalimentar corporativo que ganhou força nas últimas décadas. Ao atuar na forma de verdadeiros impérios agroalimentares, um pequeno grupo de corporações transnacionais impõe um sistema de governança global sobre os mecanismos institucionais que controlam os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos. Países em desenvolvimento, como o Brasil, foram obrigados a abrir suas fronteiras para a importação de alimentos, ao mesmo tempo em que passaram a intensificar a produção de *commodities* em busca de divisas nos mercados internacionais, em detrimento da produção alimentar doméstica. Além de implicar a perda de soberania alimentar no âmbito de territórios e países, essa nova conformação nas estruturas de abastecimento está na raiz de um conjunto entrelaçado de impactos negativos que se irradiam nas sociedades contemporâneas.

A homogeneização de culturas alimentares e a desarticulação de meios e modos de vida rurais intimamente ligados aos padrões de produção e consumo de alimentos representam uma das faces perversas da transformação de gêneros alimentícios em mercadorias cujos preços são regulados nos mercados internacionais. Outro sintoma expressivo dos graves desequilíbrios gerados pela nova economia agroalimentar global reflete-se no fato de que o mundo conta atualmente com tantos habitantes famintos ou desnutridos quanto supernutridos e sujeitos à obesidade, às doenças cardíacas e ao diabetes. Uma simetria paradoxal e emblemática das falhas maiores da ordem agroalimentar imperial.

A agricultura familiar, reconhecida pelo seu papel como abastecedora de alimentos, é o setor produtivo mais duramente afetado pelo progressivo domínio corporativo dos sistemas agroalimentares. Ao perder espaço nos mercados locais, significativa parcela da agricultura familiar não tem outra opção que não a de migrar rumo às cidades. Outra parcela vem procurando alternativas de trabalho e renda ao se integrar a cadeias agroindustriais como fornecedora de matérias-primas. Com o aporte de vultosos recursos públicos orientados ao financiamento e à assistência técnica a essas trajetórias de integração subordinada ao agronegócio, esse segmento da produção familiar cresceu significativamente nos últimos dez anos, fato que se traduz no aumento da especialização produtiva das propriedades e na sua crescente dependência de insumos e equipamentos industriais. Entretanto, os ganhos monetários obtidos por essa via acabam sendo consumidos pelos seguidos aumentos dos custos produtivos e pela contínua queda dos preços pagos ao produtor, o que tem levado esse segmento a uma crise aguda que se expressa na redução das rendas familiares e nos crescentes índices de endividamento e inadimplência.

As experiências relatadas nesta edição revelam uma terceira trajetória assumida pela agricultura familiar que pode ser interpretada como respostas ativamente construídas por organizações locais contra a globalização da agricultura. Ao construir ou revitalizarem circuitos curtos de comercialização, os protagonistas dessas experiências eliminam parte importante da cadeia de intermediação, beneficiando simultaneamente produtores e consumidores. Dessa forma, as rendas geradas nos mercados alimentares são retidas nos territórios e aí ativam efeitos multiplicadores. Essas cadeias produtivas de base territorial exercem ainda influência no equilíbrio de poder nos mercados, já que asseguram aos atores locais seus papéis na definição de normas, procedimentos e bases tecnológicas que regulam a produção, o beneficiamento, a distribuição e o consumo de alimentos. Muitas dessas experiências vêm sendo apoiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, certamente o mecanismo público vigente mais significativo no estímulo a dinâmicas de transição agroecológica e de construção de redes territorializadas de economia solidária. Por essa razão, o aumento de escala do PAA, bem como a reorientação dos enfoques das políticas de crédito e de assistência técnica vêm sendo defendidas pelos movimentos sociais como medidas para o revigoramento dos mercados locais e para a ruptura dos laços de dependência criados pelos impérios agroalimentares.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.8, n.3
(corresponde ao v. 27, n. 3 da Revista *Farming Matters*)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação ILEIA – Holanda.



Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55 (21) 2253-8317 Fax: 55 (21) 2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação ILEIA
PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0) 33 467 38 75 Fax: +31 (0) 33 463 24 10
www.ileia.org

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editora convidada para este número – Claudia Job Schmitt

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Base de dados de subscritores – Carin dos Santos Sousa

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – André Telles / Action Aid

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Reproset

Tiragem: 7.500

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04 Editora convidada • Claudia Job Schmitt

ARTIGOS

09 Sistemas agroalimentares: humanizar é possível
Laércio Meirelles



12 O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro

Eduardo Magalhães Ribeiro, Eduardo Barbosa Ayres, Flávia Maria Galizoni, Ana Flávia Almeida, Thiago de Paula Assis, Thiago Borges Moreira, Vanessa Fonseca e Alice Assis Carvalho



17 Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul

Monique Medeiros e Flávia Charão Marques



22 Driblando a fome: da dependência à autossuficiência na região de La Palma, Cuba

Maikel Márquez Serrano, Fernando R. Funes-Monzote e Nelson Valdés Rodríguez



26 Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano

Tatiana Walter e John Wilkinson



34 Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar

Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Lauro Francisco Mattei, Renato Sergio Maluf e Sergio Pereira Leite



42 Publicações

43 Agroecologia em Rede

Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos

Claudia Job Schmitt

Os artigos que compõem esta edição da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* têm como foco práticas e experiências que buscam aproximar, de diferentes maneiras, a produção e o consumo de alimentos. Essas iniciativas ativam redes cujo desenho e modo de funcionamento não se encaixam nos formatos de produção, distribuição e comercialização de alimentos que se tornaram dominantes nas últimas décadas em várias partes do mundo. Em vez da comida *de nenhum lugar*, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento.

São muitas as possibilidades: venda de porta em porta, direto ao consumidor; comercialização de produtos ecológicos ou regionais nas feiras pelos próprios agricultores; pequenas agroindústrias familiares; hortas comunitárias; cooperativas de consumo; redes informais de troca e comercialização de produtos entre vizinhos; abastecimento de pequenos entrepostos e restaurantes em nível local; distribuição de produtos da agricultura familiar para as escolas e programas sociais por meio de mercados institucionais – para citar aqui somente alguns exemplos. Essas iniciativas de produção e comercialização, muitas vezes negligenciadas e vistas como *soluções de pequena escala*, ganharam visibilidade em diferentes países a partir dos anos 1990, apesar do contexto fortemente marcado pela liberalização dos mercados e por processos de des-territorialização das economias locais.

Esse movimento de questionamento da qualidade dos alimentos comercializados pelas grandes redes atacadistas e varejistas, cultivados por meio de processos de produção agrícola que foram disseminados em escala global com o advento da Revolução Verde, não ocorreu apenas nos países do Norte, mas também em muitos países do Sul. As reações a esse modelo mobilizaram, de forma muitas vezes não planejada, indivíduos, organizações, valores e lugares, trazendo a público expressões distintas de denúncia e contestação dos processos de industrialização da agricultura, da globalização dos mercados e de suas consequências para agricultores, con-

sumidores e o ambiente. A denúncia dos riscos associados aos agrotóxicos e aos alimentos transgênicos, o crescimento das redes de comércio justo e de agricultura orgânica, a indignação dos consumidores frente à disseminação de doenças através dos alimentos¹, o fortalecimento da Agroecologia como abordagem sociotécnica, entre outras manifestações, fazem parte de um conjunto heterogêneo de ações e reações que, ao colocarem em questão as formas dominantes de produção e consumo, contribuíram para a politização das relações entre produtores e consumidores, conferindo também novos significados aos chamados mercados locais.

No entanto, seria equivocado identificar todas essas iniciativas que *nadam contra a corrente*, buscando aproximar agricultores e consumidores, como invenções recentes. Em diferentes lugares, a capacidade de resistência dos mercados locais e das práticas de produção para o autoconsumo não está necessariamente ligada a um repertório político de contestação ao processo de modernização da agricultura, mas sim a laços fortemente enraizados na cultura, nos gostos e no modo de vida das populações urbanas e rurais. Tais laços figuram, inclusive, como componente-chave em um conjunto mais amplo de estratégias de reprodução econômica e social de famílias rurais, urbanas e periurbanas.

Portanto, a resiliência dos circuitos locais e regionais de abastecimento em várias partes do mundo é, sem dúvida, um fenômeno que merece um olhar mais atento. Diversos estudos têm chamado a atenção para o fato de que uma parcela muito significativa dos alimentos consumidos no mundo (85%) é produzida em âmbito nacional ou na mesma região ecológica (ETC Group, 2009; Ploeg, 2008). A título de exemplo, vale mencionar que apenas 6% da produção mundial de arroz é comercializada para além das fronteiras dos países produtores. No caso do trigo, cultura que exhibe o maior percentual de exportação entre os cereais, somente 17% da produção mundial é vendida no mercado externo, sendo que os restantes 83% são consumidos nos países produtores (Ploeg, 2008). Segundo estimativas feitas pelo ETC Group

¹ Como exemplo, cabe mencionar os episódios de pânico envolvendo a doença da vaca louca (encefalopatia espongiforme bovina) e os casos de contaminação pela bactéria *Escherichia coli*.

(2009), 50% dos alimentos produzidos no mundo são cultivados por camponeses, 12,5%, por caçadores e coletores e 7,5%, por agricultores urbanos. A comida produzida e distribuída através dos circuitos agroindustriais de produção e comercialização corresponde, segundo esses cálculos, somente a cerca de 30% da alimentação mundial.

Em nosso país, uma parcela considerável dos alimentos destinados ao mercado interno provém da produção familiar, ainda que produtos cultivados por agricultores familiares, como o frango, a soja e o café, sejam também para exportação. Essa capacidade interna de produção tem se apresentado como um elemento importante para o abastecimento do país, reduzindo as pressões pela importação de produtos básicos. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 estimam que a agricultura familiar seja responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café e 63% do valor produzido em horticultura (Consea, 2010). Parte dessa produção é utilizada no próprio estabelecimento agrícola ou circula através de circuitos locais e regionais de abastecimento.

O que se pode perceber, a partir desses dados, é que a imagem de um mundo globalizado, controlado pelas grandes corporações e onde os alimentos se tornaram objeto de especulação nos mercados de futuros é apenas uma das faces de uma realidade heterogênea e multifacetada. As configurações que emergem como resultado das transformações desencadeadas pela liberalização dos mercados de produtos agrícolas e pela implementação dos novos marcos regulatórios que passaram a governar o setor agroalimentar em nível mundial, sobretudo a partir dos anos 1990, assumem formas complexas e contraditórias. As tendências de concentração e integração das grandes empresas do setor agroalimentar, impulsionadas tanto por processos de desregulamentação dos mercados

como pela criação de novos instrumentos legais, não se materializam do mesmo modo em todos os lugares, embora não deixem de constituir uma força poderosa.

No final da década de 1990, a Cargill já controlava 40% das exportações de milho, um terço das exportações de soja e pelo menos 20% das exportações de trigo (Morgan et al., 2009). Um grupo composto por apenas dez grandes empresas transnacionais controla, hoje, dois terços da produção mundial de sementes. Estas grandes empresas absorveram inúmeras companhias nacionais de sementes e empresas públicas dedicadas ao melhoramento de plantas que se encontravam em operação (ETC Group, 2008). O peso das grandes redes varejistas em seu esforço por atingir novos segmentos de mercado e atender às preferências do consumidor é outro dado importante nesse novo ciclo. O Walmart abriu a sua primeira loja fora dos Estados Unidos em 1991. Dados veiculados pela própria empresa informam que hoje sua rede varejista é composta por 9.600 unidades operando em 28 países do mundo.² Já o Carrefour, que passou a atuar internacionalmente em 1989, conta com 9.500 lojas em 32 países.³

Mas a elevação da produtividade, os ganhos de escala, a homogeneização das dietas e dos processos produtivos e a desregulamentação dos mercados não podem ser vistos como a única racionalidade operante no âmbito do sistema agroalimentar. As transformações em curso abarcam modos de organização distintos e, muitas vezes, conflituosos, traduzindo-se em dinâmicas econômicas, sociais, culturais e espaciais que não podem ser explicadas, simplesmente, por meio de dicotomias, tais como *global versus local*, *convencional versus alternativo*, *mercado de massa versus mercado de nicho*, *liberalização versus regulamentação*.

A percepção do sistema agroalimentar como um campo de relações contraditório, no qual coexistem diferentes tendências, é um pressuposto importante para a compreensão dos processos emergentes de localização e recontextualização da produção, do processamento e do consumo de alimentos, cujos desafios e potencialidades precisamos identificar.

Sob esse aspecto, duas questões merecem atenção. Cabe explorar, primeiramente, com um pouco mais de detalhe, que elementos estão em jogo quando se fala em restabelecer os vínculos da produção e do consumo de alimentos com seu entorno socioambiental, relocando ou reterritorializando o sistema agroalimentar. Parece-nos importante também refletir acerca das relações existentes entre essas iniciativas

² <http://walmartstores.com/pressroom/factsheets/>. Acesso em: setembro de 2011.

³ <http://www.carrefour.com/>. Acesso em: setembro de 2011.

de pequena escala, de abrangência local ou territorial, e as grandes transformações que hoje afetam o sistema agroalimentar e cujos desdobramentos serão vitais na conformação das redes de produção e consumo nas próximas décadas.

Quando nos referimos a diferentes processos de localização do sistema agroalimentar, um primeiro elemento a destacar é o fato de que as agriculturas existentes no mundo, em sua diversidade, são resultado de uma trajetória histórica de coprodução, envolvendo os grupos humanos e a natureza viva (Ploeg, 2008). Os modos de organização da agricultura e da produção de alimentos que se tornaram dominantes no período histórico posterior à II Guerra Mundial e que transformaram a atividade agrícola em uma empresa altamente dependente de fontes de energia e insumos externos tiveram, como um de seus principais efeitos, a fragilização dos vínculos da atividade agrícola com sua base ecológica, social e cultural.

A agricultura dependente dos combustíveis fósseis, dos agroquímicos e das variedades de alto rendimento alterou profundamente o metabolismo social, separando, cada vez mais, os espaços de produção e de consumo, instituindo um perigoso desequilíbrio entre a produtividade dos agroecossistemas e as demandas dos seres humanos e dos animais (particularmente a criação animal com fins comerciais) pelo consumo da biomassa.

Nos sistemas alimentares dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição que reúne os principais países desenvolvidos, para a produção de cada quilocaloria (kcal) de alimento são investidas 4 kcal provenientes de outras fontes energéticas (Pimentel, 2009). Uma lata de refrigerante capaz de fornecer cerca de 1 caloria de energia necessita de 2.200 calorias para ser produzida – 70% das quais são utilizadas na produção da lata de alumínio (Pimbert, 2008).

Pode-se dizer então que nosso sistema de produção e distribuição de alimentos não é mais um produtor líquido de energia, mas sim um consumidor. Essa informação nos parece extremamente relevante em um momento em que os bio-combustíveis vêm sendo apresentados como alternativa à

utilização dos combustíveis fósseis. Estimativas feitas por diferentes agências, inclusive pela própria Agência Internacional de Energia (2008), compartilham a avaliação de que a produção mundial de petróleo cru chegará ao seu máximo histórico em 2020 e declinará a partir dessa data, confrontada por uma demanda de consumo sempre crescente. A transição para uma matriz energética que não seja baseada em combustíveis fósseis tenderá a ter como fonte importante de sustentação a biomassa e implicará, necessariamente, profundas mudanças nas formas de ocupação do espaço agrário e na apropriação e utilização dos recursos naturais (terra, água e biodiversidade), seja para a produção de energia, seja para a produção de alimentos. Essas mudanças parecem caminhar na direção de uma maior concentração do poder e da capacidade de investimento nas mãos das grandes empresas transnacionais.

Um estudo do Banco Mundial, publicado em 2010, chama a atenção para a corrida pela apropriação de terras, intensificada em nível global especialmente a partir de 2008. Esse processo levou à aquisição de 45 milhões de hectares de terras agricultáveis ou cultivadas por bancos de investimento, fundos de pensão, empresas vinculadas ao agronegócio, entre outros agentes econômicos somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009. Esse novo fenômeno, que tem sido identificado pela expressão em inglês *land grabbing*, está sendo impulsionado pela expansão da produção de apenas oito *commodities*: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê (óleo), arroz, canola, girassol e “florestas” plantadas (Sauer e Leite, 2010). Existe, portanto, uma grande probabilidade de que boa parte dessas terras seja destinada à produção de energia ou de alimentos em grande escala (Grain, 2011). A apropriação e a concentração dos recursos produtivos, juntamente com a privatização da agrobiodiversidade e dos conhecimentos através dos mecanismos de propriedade intelectual, são elementos fundamentais a serem questionados quando se trata de redesenhar os caminhos percorridos pelos alimentos até a mesa do consumidor.

As interrelações verificadas entre esses diferentes processos e seus potenciais impactos sobre a sustentabilidade do atual sistema agroalimentar contribuem para reforçar a ideia de que a realocação, como princípio norteador, não se resume, simplesmente, a uma reestruturação dos circuitos de mercado. O que está em jogo, na verdade, é o papel dos mercados como um instrumento de orientação, ou melhor, na reorientação dos fluxos de energia e materiais que dão sustentação às atividades econômicas, reorientação esta que implica, também, formas mais equitativas de apropriação e distribuição da riqueza gerada pelo setor agroalimentar.

A transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar, apontando para a necessidade de um novo equilíbrio entre agentes econômicos privados, Estados Nacionais, organismos multilaterais e territórios. A noção de soberania alimentar, enunciada, de forma bastante sintética, como o direito dos povos de decidir sobre seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, protegendo e regulando a produção e o comércio agrícola internos de forma a alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável, aparece como uma referência importante nesse debate (Via Campesina, 1996; Pimbert, 2008).

A estruturação dos mercados locais, como um componente na construção de estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural, não se traduz necessariamente em um localismo defensivo, ou seja, uma defesa irrefletida dos produtos e dos circuitos locais sem considerar as complexas relações que se estabelecem entre o local e o global. O que está em questão é a construção social de mercados, arranjos institucionais e instrumentos de política pública capazes de viabilizar novas formas de produção, consumo e de apropriação do espaço rural que possam garantir a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam essas atividades.

Sob essa perspectiva é que é preciso explorar as ligações entre os sistemas diversificados da agricultura camponesa e familiar e a preservação, *in situ*, da biodiversidade agrícola e alimentar, fundamental para a manutenção e o fortalecimento da capacidade de produzir alimentos em um cenário marcado por mudanças climáticas de alcance global. Os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos têm sido objeto de diferentes estimativas. Estudos apontam, por exemplo, para a possibilidade de uma redução de até 50% na produtividade das culturas em alguns países da África (Baylei, 2011). Declínios como esse são previstos em diversos países e deverão se traduzir em uma elevação dos preços dos alimentos. Diante desse cenário, o cultivo da diversidade alimentar e a valorização dos conhecimentos necessários para que esses diferentes produtos e sabores cheguem à mesa do consumidor, assegurando uma dieta saudável, equilibrada e culturalmente adequada, são ferramentas importantes em uma estratégia de adaptação às novas condições ambientais e à redução do estoque de terras agricultáveis, que poderá atingir muitas regiões.

Existem, portanto, conexões a serem estabelecidas entre as experiências de abrangência local e territorial analisadas nos diferentes artigos desta revista e ações voltadas à construção de estratégias abrangentes e multiescalares de transformação econômica, sociotécnica e cultural do atual sistema agroalimentar. Mas vários obstáculos precisarão ser enfrentados. A instabilidade dos preços e a posição de fragilidade dos agricultores em sua relação com os agentes de intermediação reduzem a margem de manobra existente na construção de novos desenhos de mercado. A importação de mercadorias baratas tem contribuído para desestruturar, em diferentes partes do mundo, a produção para o autoconsumo e os mercados locais. A imposição de padrões de qualidade e mecanismos de regulação que não se adaptam às condições de produção dos agricultores inibe iniciativas que buscam agregar valor à produção. Além disso, as facilidades de acesso ao alimento nos grandes supermercados afastam muitos consumidores das feiras e de outros espaços alternativos de comercialização.

Mas despontam no horizonte sinais importantes de transformação. Nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, fortemente dominados pela presença dos grandes supermercados, as vendas diretas de alimentos ao consumidor ampliaram-se na última década, passando de US\$ 551 milhões em 1997 para US\$ 1,2 bilhões em 2007, segundo o Censo Agrícola. Dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, sigla em inglês) mostram que o número de feiras *sem intermediários* existentes no país passou de 1.755 em 1994 para 5.274 em 2009 (USDA, 2010). Pesquisa realizada em seis diferentes países da Europa e publicada em 2002 revelou que uma parcela significativa dos agricultores entrevistados (51%) estavam engajados em esforços de diversificação de suas unidades produtivas, desenvolvendo atividades voltadas à comercialização de novos produtos e serviços. A venda direta e o processamento de produtos no próprio estabelecimento agrícola, ao lado de outras estratégias, foram identificados como componentes importantes nesse movimento de transformação dos sistemas produtivos (Ploeg et al., 2002). No Brasil,

112 mil agricultores familiares (média anual) forneceram, entre 2003 e 2009, alimentos para escolas e programas sociais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecendo os vínculos entre a produção familiar e o mercado institucional (Governo Federal/Grupo Gestor do PAA, 2010).

Os artigos que compõem este número da revista trazem consigo a riqueza das práticas e dos conhecimentos que vem sendo produzida no dia-a-dia pelas pessoas e organizações que buscam reduzir a distância entre a produção e o consumo de alimentos. Apontam, ao mesmo tempo, para questões substantivas relacionadas à continuidade e à ampliação das ações ora em curso.

O trabalho que inaugura a publicação, intitulado *Sistemas agroalimentares: humanizar é possível*, relata o cotidiano dos diferentes atores que integram a rede de agricultores, técnicos e consumidores estruturada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e no Sul de Santa Catarina. Elias, Isaías, Rosimeri, Gabriel e tantas outras pessoas estão construindo laços entre quem produz, quem compra e a preservação da Mata Atlântica, valorizando a palmeira juçara e todos os produtos e serviços que a floresta *em pé* pode nos fornecer. A existência de uma rede de organizações tanto de produtores como de consumidores é um componente fundamental nesse processo.

O artigo escrito por Eduardo Ribeiro e demais autores, intitulado *O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro*, dedica-se a desvendar os segredos de uma arte: a agregação de valor por meio da agroindústria rural familiar. As práticas desenvolvidas pelos agricultores, referenciadas no texto, estruturam-se a partir de uma estreita ligação entre a produção para o mercado e a produção para o autoconsumo, estando ancoradas, também, no profundo conhecimento material desses produtores-especialistas sobre produtos, processos produtivos e o gosto dos con-

sumidores. Os autores chamam a atenção para as dificuldades enfrentadas no campo da comercialização, alertando também para o fato de que o aumento da escala desse tipo de produção, objetivo enunciado por muitos programas de melhoramento tecnológico da agroindústria familiar, pode comprometer os critérios de qualidade socialmente construídos desses produtos.

São apresentadas, na sequência, as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas (RS) que combinam a venda em feiras ecológicas com a participação em outros circuitos de comercialização, a exemplo do mercado institucional. No trabalho *Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras em favor da realocação do sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul*, Monique Medeiros e Flávia Charão Marques discutem o papel dos mercados e das organizações dos agricultores como dispositivos coletivos, na transição para uma agricultura de base ecológica.

A pesquisa realizada por Maikel Serrano, Fernando Funes-Monzote e Nelson Rodriguez sobre os sistemas produtivos do município de La Palma, na região norte ocidental de Cuba, permite refletir sobre processos de transição agroecológica de abrangência territorial. Os autores chamam a atenção para as relações existentes entre a diversidade dos sistemas produtivos e sua capacidade de disponibilizar energia e nutrientes para a alimentação humana. A comparação entre as pequenas propriedades em processo de transição agroecológica e as unidades produtivas tradicionais e convencionais da região oferece elementos importantes no que tange à construção de políticas e projetos de intervenção a partir de um enfoque agroecológico.

A formulação e a aplicação de novas referências, capazes de orientar a construção de políticas voltadas ao fortalecimento de sistemas locais de abastecimento, encontram-se fortemente presentes no artigo elaborado por Tatiana Walter e John Wilkinson. O extenso trabalho de pesquisa conduzido no litoral do Baixo Sul da Bahia aportou elementos importantes na análise das complexas relações econômicas, sociais e ecológicas que estruturam a cadeia produtiva da pesca artesanal na região. Uma abordagem sistêmica, baseada na noção de Sistema Agroalimentar Localizado (Sial), foi incorporada pelo projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar) visando o planejamento participativo das estruturas e ações destinadas à cadeia produtiva, através de um processo que buscou reforçar o protagonismo dos pescadores e de suas famílias.

Encerra esta edição o artigo *Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar*. Nele, Catia Grisa e demais autores revisam a literatura recente sobre o PAA, buscando identificar suas contribuições para a transformação da matriz produtiva da agricultura familiar em diferentes contextos locais. Discute os avanços alcançados com a incorporação de uma abordagem orientada por princípios de Segurança Alimentar e Nutricional ao desenho e à implementação de políticas públicas, bem como alguns limites enfrentados pelo programa em seu processo de execução.

A construção de sinergias positivas entre experiências locais, como as apresentadas aqui, e arranjos político institucionais mais amplos, capazes de criar um ambiente favo-

rável ao florescimento dessas iniciativas, ainda constitui um desafio. Mas ligações importantes já estão sendo estabelecidas por camponeses, agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, técnicos, educadores e consumidores que hoje se encontram no burburinho das feiras e nos mais diferentes espaços de discussão política, articulação e capacitação.

Claudia Job Schmitt
professora do CPDA/UFRRJ
claudia.js@oi.com.br

Referências bibliográficas:

- AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. **World Energy Outlook**, 2008.
- BAYLEI, Robert. **Growing a better future: food justice in a resource constrained world**. Oxfam International, 2011.
- CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA, 2010.
- ETC Group. Who will feed us. Questions for the Food and Climate Crises. **Comunicado**, v. 102, nov. 2009.
- GRAIN. **Today's global land grab for food production: some frequently asked questions**, 2011.
- GOVERNO FEDERAL. GRUPO GESTOR DO PAA. **Balanco de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA** (versão preliminar). Brasília: Grupo Gestor do PAA, 2010.
- MORGAN, Kevin et al. **Worlds of Food: place, power and provenance in the Food Chain**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- PIMENTEL, David. Energy inputs in food crop production in developing and developed nations. **Energies**, v. 2, n. 1, p. 1-24, 2009.
- PIMBERT, Michel. **Towards food sovereignty: reclaiming autonomous food systems**. Sussex-UK: IIED, 2008.
- PLOEG, J. D. et al. The socio-economic impact of rural development processes within Europe. In: PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. **Living countryside**. Rural development processes in Europe: the state of the art. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- SAUER, S.; LEITE, S. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. **Boletim do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 36, Ago, 2010.
- USDA. Local food systems: concepts, impacts and issues. **Economic Research Report**, n. 97. Mai, 2010.
- VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Roma: Via Campesina, 1996.

Sistemas agroalimentares: humanizar é possível

Laércio Meirelles

Por favor, você poderia me dizer por qual caminho devo seguir?, perguntou Alice.

Isto depende muito de onde você quer chegar, disse o gato.

Elias Evaldt, 25 anos, é agricultor, filho de Valdeci e Zelma Evaldt e irmão de Marta, 24 anos, e Messias, 22 anos. Todos trabalham na mesma unidade produtiva, localizada na comunidade de Três Passos, município de Morrinhos do Sul, Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Eles também são sócios fundadores da Associação dos Produtores Ecológicos de Morrinhos do Sul (Apemsul).

Hoje, o dia começou cedo para Elias, o que não foi uma exceção. Normalmente, ele acorda cedo para cuidar da horta, cultivada segundo os princípios da Agroecologia, trabalhar no bananal, manejado como um sistema agroflorestal, processar parte da sua produção na agroindústria de um companheiro de outra associação, embalar produtos que serão entregues em escolas e nas cooperativas de consumidores ecologistas da região e ainda participar todos os sábados da feira de agricultores ecologistas de Torres. São tantas tarefas que obrigariam qualquer um a espantar a preguiça e pular da cama nos primeiros raios de sol.

Dentre todas essas atividades, neste quatro de julho, Elias elegeu focar seu trabalho no *açai da mata atlântica* ou, para ser mais preciso, no fruto da palmeira juçara (*Euterpe edulis*).

Quase extinta devido à extração ilegal do palmito, a palmeira juçara é para a Mata Atlântica uma espécie considerada guarda-chuva: alimenta mamíferos e pássaros que atuam como dispersores de sementes e é fundamental para a preservação de um dos biomas mais biodiversos e ameaçados do planeta. Devido a sua importância, e também pela boa sinergia com bananeiras, nos últimos 18 anos diversos trabalhos implementados pela ONG Centro Ecológico¹ e outras entidades viabilizaram a multiplicação do número de árvores da espécie no Litoral Norte gaúcho e no Sul de Santa Catarina. Em pouco mais de dez anos, foram plantados cerca de 50 mil pés de palmeira juçara na região.

O fruto da juçara produz uma polpa quase idêntica à do *açai (Euterpe oleraceae)*, tão conhecida no Norte do país.



Feira Ecológica Lagoa do Violão, Torres (RS)

No Sul, a descoberta de que os frutos da *Euterpe edulis* poderiam ser despulpados e processados partiu da observação da tiradeira de açai paraense Edith Pessete. No final da década de 1980, ela adaptou os conhecimentos daquela região e começou a fazer a polpa do fruto da palmeira juçara no Litoral Norte catarinense. Atualmente, essa prática vem se difundindo em boa parte da região de Mata Atlântica onde a espécie está presente.

Voltando à família Evaldt, a tarefa de Elias hoje foi colher os frutos da juçara e levá-los para serem despulpados na Agroindústria Morro Azul, que fica a 25 km de sua casa, na co-

¹ ONG que, desde 1985, trabalha com assessoria e formação em agricultura ecológica.



Cooperativa de Consumidores de Torres (EcoTorres)



Cooperativa de Consumidores de Três Cachoeiras (Coopet)

munidade de mesmo nome, no município de Três Cachoeiras, também no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

A Agroindústria Morro Azul pertence à família Becker. Os pais, Isaías e Rosimeri, e as filhas Anelise, 22 anos, e Joana, 11 anos, são agricultores familiares e há 20 anos ajudaram a fundar a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (Acert). Anelise é casada com Marcelo, que se integrou à família Becker. Eles se conheceram durante suas atividades de militância na Pastoral da Juventude Rural.

Nessa agroindústria, são processados dezenas de produtos oriundos não só da unidade produtiva da família Becker, mas também de outros membros da Acert e de outras associações de agricultores ecologistas da região. É o caso dos frutos da palmeira juçara pertencentes à família Evaldt que ali são selecionados, lavados, despulpados, embalados e armazenados em uma câmara de congelamento.

Vários podem ser os destinos dessa polpa de açaí. Amanhã ou depois, Elias mandará uma parte para a Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras (Coopet), que fica na sede do município, a 10 km da agroindústria. A Coopet foi fundada em 1999, a partir da iniciativa de um grupo de consumidores que buscava ter acesso a alimentos de qualidade, produzidos por agricultores ecologistas da região. Seu exemplo influenciou o município vizinho de Torres, onde desde 2000 funciona a EcoTorres.

Na mesma viagem para deixar a polpa na Coopet, Elias fará uma entrega para a Econativa, uma cooperativa de agricultores ecologistas que, dentre outras atividades, vende açaí da mata atlântica para as escolas da região. Na merenda escolar, obrigatória em todas as escolas públicas do país, as crianças de Três Cachoeiras e outros municípios do Litoral Norte

do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina consomem suco de açaí com banana orgânica três vezes por semana.

No sábado, Elias irá a Torres, que fica a 40 km de sua propriedade. Levará duas a três dezenas de diferentes produtos para serem vendidos na feira. Inaugurada em 2000, a Feira Ecológica da Lagoa do Violão é resultado de uma parceria entre o Centro Ecológico, agricultores ecologistas da região e a prefeitura municipal. Nela, cerca de doze famílias vendem semanalmente seus produtos para um universo de mais ou menos 200 consumidores, movimentando entre três e quatro mil dólares por sábado. Aproveitando a ida a Torres, Elias deixará alguns produtos na EcoTorres. Dentre eles, o açaí. E assim a vida segue: o descanso possível no domingo, o recomeçar necessário na segunda.

Aos sábados pela manhã, Gabriel Barros, 16 anos, morador de Torres, tem um compromisso: comprar açaí na Feira da Lagoa do Violão. Ele é um ativo praticante de jiu-jítsu e, ao menos uma vez por dia, faz uso do fruto da juçara. Quando perde a hora da feira, Gabriel recorre à EcoTorres, da qual seus pais são sócios. Eles e Gabriel também são clientes assíduos de Elias.

A polpa de açaí foi disseminada pelo país e no exterior principalmente quando combinada com banana e xarope de guaraná, formando um tipo de *vitamina* ou *batida*. Essa receita foi desenvolvida por Carlos Gracie, grande mestre de jiu-jítsu, de acordo com os princípios da Dieta Gracie, que consiste na combinação adequada dos alimentos de forma a manter o pH das refeições o mais neutro possível. Com o aval desse atleta, é natural que o açaí tenha se transformado no alimento preferencial dos adeptos dessa modalidade de luta. Em Torres, a academia Lótus, onde Gabriel treina, consome mais de 30 kg por semana, comprados na feira ou na EcoTorres.

Quando compram açaí, os membros da academia Lótus estão buscando um alimento nutritivo e energético, que os ajude a melhorar seu desempenho. Como brinde, colaboram para preservar uma espécie em extinção, contribuem para o sequestro de carbono pelos sistemas agroflorestais – o que minimiza o efeito estufa –, reduzem a quantidade de agrotóxico no prato e no meio ambiente, poupam quilômetros de circulação dos produtos que consomem e ainda garantem melhor remuneração para o agricultor familiar. Em suma, ajudam a construir um desenho alternativo ao sistema agroalimentar globalizado.

Nas últimas décadas, a produção, o processamento, a distribuição e a comercialização de alimentos se concentraram como nunca. Grandes empresas passaram a dominar o chamado sistema agroalimentar mundial. Como consequência, monocultivos com sementes geneticamente modificadas e agroquímicos; processamento em escala cada vez maior e utilizando cada vez mais aditivos, colorantes e conservantes; distribuição globalizada, aproveitando-se de subsídios e especulando com o preço dos alimentos; e varejo concentrado em poucas empresas transnacionais, com preços oligopolizados.

Para o agricultor familiar, muitas vezes sobram a concorrência injusta e os baixos preços pagos pelos complexos agroindustriais ou pelas grandes redes varejistas. Os consumidores, por sua vez, ficam com produtos industrializados, distantes de suas características naturais, com pouco sabor e baixa qualidade biológica. Além disso, arcam com preços substancialmente multiplicados, em relação aos pagos ao agricultor.



Cooperativa de Consumidores de Três Cachoeiras (Coopet)

Mas tem gente, muita gente, reescrevendo essa história, buscando mudar suas realidades. Gente que quer fazer de suas ações cotidianas uma forma de preparar outros sistemas de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Ou gente que simplesmente gosta de produzir de forma ecológica, que quer ganhar um pouco mais agregando valor à sua produção primária. Também pode ser gente que quer ver seus alunos e familiares comerem bem ou que quer viver melhor, consumindo alimentos naturais e nutritivos como o açaí. Todas essas pessoas contribuem, cada uma à sua maneira, para redesenhar o sistema agroalimentar mundial.

São pessoas como Elias, Isaías, Gabriel e suas famílias. Como os agricultores da Apemsul, da Acert e da Econativa. Gente como os consumidores da EcoTorres e da Coopet ou como os sócios e técnicos da ONG Centro Ecológico. Ou ainda pessoas como os alunos, professoras e merendeiras das escolas de Três Cachoeiras e região, da Feira Ecológica da Lagoa do Violão, seus organizadores e consumidores, sem esquecer dos praticantes de jiu-jítsu da academia Lótus.

Que bom que esses exemplos, bons exemplos, não estão apenas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul ou no Sul de Santa Catarina. Que bom que eles se multiplicam em centenas de nem tão pequenas experiências, em todos os estados do país, em todos os países do continente. Que bom que, apesar da pressão cultural e econômica das grandes corporações do setor, e mesmo sem apoio mais incisivo por parte das leis e políticas que regem o sistema agroalimentar, milhares de pessoas buscam, de forma individual e coletiva, aumentar sua capacidade de decidir o quê e como produzir e consumir.

Articular essas experiências e reforçá-las com políticas de apoio, multiplicando ideias e ideais que as alimentam, é o caminho para transformá-las em números estatísticos mais significativos. Exemplos admiráveis elas já são.

Laércio Meirelles
engenheiro agrônomo e coordenador do
Centro Ecológico Ipê
laerciomeirelles@gmail.com

O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro¹

Eduardo Magalhães Ribeiro, Eduardo Barbosa Ayres, Flávia Maria Galizoni,
Ana Flávia Almeida, Thiago de Paula Assis, Thiago Borges Moreira,
Vanessa Fonseca e Alice Assis Carvalho

O engenho

A denominação varia de acordo com o autor e o lugar: agroindústria rural, pequena indústria familiar ou indústria familiar rural, mas serve sempre para definir a mesma arte engenhosa de agregar valor à produção dos agricultores. Além de valor, esses processos criam outros resultados menos comentados: estão entre as fontes mais importantes para gerar renda, contribuem para a segurança e a soberania alimentar, fortalecem os laços da cultura e do pertencimento a um território.

Esse tipo de produção está disseminado por todo o Brasil, mas cada localidade gera produtos com características bem marcantes. Por exemplo, a farinha que na Bahia é tão fina que se compara ao polvilho tem pouca semelhança com a farinha maciça que é base para tantos bons pratos do Pará; enquanto o melado denso do planalto de São Paulo guarda com o mel-de-cana da bacia do rio São Francisco só o parentesco distante que é sugerido pelo gosto. Apesar de criados com os mesmos insumos e processos muito semelhantes, eles se diferenciam para que o gosto do lugar se afirme com força no produto final.

Entretanto, em qualquer lugar que seja, a produção se baseia em alguns pilares. Primeiro, num conhecimento material enciclopédico e tradicional sobre produtos e processos específicos, passado de um agricultor para outro, sempre a cada dia enriquecido, renovado e adaptado. Segundo, numa profunda ligação dos produtos com os hábitos alimentares, os preceitos de saúde e a cultura do território. Terceiro, num cruzamento entre conhecimento e gosto que faz do produtor um consumidor requintado, sendo por isso mesmo muito

exigente consigo e cativo das preferências do lugar. Por fim, essa produção se aferra a nichos territoriais de mercados tão exclusivos que costumam impedir que se produza em escala industrial, mas ao mesmo tempo servem como mecanismo de proteção contra a concorrência de produtos similares que passam por processamento industrial.

O Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais, é marcado pela pequena unidade familiar que tem sido denominada como *tradicional*. Graças à forte base rural da cultura material que vem do início do século XVIII, é uma região de reconhecida excelência na produção artesanal de derivados de mandioca, milho, cana-de-açúcar e leite. Essas atividades têm abastecido a população produtora e ocupado espaços em mercados locais, principalmente nas feiras livres municipais.

Nessa região de cerrado e caatinga, com período de estiagem bem marcado entre abril e novembro, as famílias rurais investem o tempo do longo ciclo da seca no beneficiamento de produtos da agricultura, da pecuária e do extrativismo.

¹ As pesquisas que deram base a este artigo foram apoiadas pelo CNPq (577610/2008-2; 558411/2009-6) e Fapemig (PPM 00464-10; APQ-03306-10).



Fotos: Flávia Maria Galizoni

A indústria doméstica rural do Jequitinhonha revela uma combinação entre a arte e a manufatura

Essas atividades têm propiciado aumento da renda familiar, conservado alimentos perecíveis por longos períodos e absorvido força de trabalho – principalmente mulheres e jovens – que não encontra muitas opções de ocupação na região durante a estação seca.

Este artigo analisa algumas características da indústria doméstica da região. Ele resulta de pesquisas conduzidas em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e os Territórios Rurais do Alto e do Médio Jequitinhonha. As informações aqui contidas foram levantadas nos Censos Agropecuários, nas feiras livres e junto a grupos de produtores, especialistas da indústria doméstica rural, de vários municípios da porção mineira do Vale do Jequitinhonha.

A arte

A indústria doméstica rural do Jequitinhonha, ao contrário do que o termo sugere, não é realmente uma indústria. Os processos produtivos são muito específicos e definidos, antes de mais nada, pelo tipo de recursos que existem no lugar. Por outro lado, o produtor conhece, comanda e executa todas as etapas da produção, o que faz com que se diferencie muito da produção fabril. Por fim, uma boa parte da produção é para autoconsumo. Assim, a agroindústria doméstica se caracteriza por criar um produto artesanal, que tem inserção em mercados locais, resulta da combinação entre arte e manufatura e revela a sofisticação da cultura material.

No Jequitinhonha, alguns desses produtos são destinados para o autoconsumo, enquanto outros são priorizados para a venda. Mais de um terço da produção re-

gional de farinha de mandioca, rapadura, farinha de milho e fubá vai para abastecer as próprias famílias. Já o polvilho e o mel, por exemplo, são produzidos para vender, mas também complementam a alimentação familiar. Embora tenha participação menos expressiva nas refeições principais, o polvilho ocupa sempre posição destacada na produção de quitandas, e o mel não só está na mesa dos agricultores, como também é usado na produção de doces e remédios caseiros.

Além disso, esses produtos ocupam espaços importantes nas feiras livres – aproximadamente um terço dos pontos de venda –, que absorvem entre 40 e 80% do total da produção de farinha de mandioca, farinha de milho, rapadura, queijo e requeijão. Essa presença também não é regular, pois em alguns municípios a proporção é maior que em outros. Entretanto, além de informar sobre as fontes de



Mais de um terço da produção regional de farinha de mandioca abastece as próprias famílias

renda da família rural que beneficia, esse canal de venda revela outro aspecto importante: no contato frequente do produtor com o consumidor, a *negociação* também envolve o padrão territorial de gosto e qualidade.

A qualidade – ou *capricho*, como dizem os agricultores – tem sua origem associada a dois critérios: de um lado, o padrão costumeiro de apresentação do produto; de outro, a exigência do consumidor. O padrão costumeiro de apresentação tem suas raízes na formação da cultura material do território, vem da combinação de influências do sudoeste baiano e do próprio Alto Jequitinhonha mineiro. Essas matrizes apresentam diferenças sutis: o Alto Jequitinhonha tem, por exemplo, uma presença discretamente maior dos derivados de cana e milho; já o Médio e o Baixo Jequitinhonha têm um pendor mais baiano, um gosto maior para processar os derivados de mandioca. Mas, além disso, a apresentação dos produtos propriamente dita assume formas que variam do sutil ao muito explícito, mudando de cor, composição, paladar, ponto de cozimento e textura do alimento.

No entanto, essa definição de padrões de qualidade também sofre uma influência constante e repetida no contato semanal do gosto do consumidor e do próprio produtor. Esses produtores-especialistas têm uma relação muito próxima, pessoal e interativa com seus consumidores, conhecem quase todos nas feiras, quando apresentam seus comentários pessoais sobre o produto. Assim, consolida-se um padrão alimentar local de qualidade. Como o agricultor na maioria das vezes é ao mesmo tempo produtor e negociante da sua produção nos mercados locais, e essa condição só pode ser mantida se for conservada a qualidade, isso o leva a informar o freguês quando o produto não está totalmente bom ou de acordo com o padrão estabelecido.

Mas esses produtores não deixam de ser consumidores. Por isso, sua definição de qualidade depende do lugar e do gosto do freguês, mas também de seus critérios próprios de apreciação, que geralmente são muito semelhantes aos de seus compradores. Assim, como os produtos artesanais são ao mesmo tempo para autoconsumo, eles também devem passar pelo controle familiar de qualidade. A reputação de todos os produtos, da rapadura à farinha de mandioca, do mel ao fubá, é estabelecida pelo paladar. Identifica-se o bom produto com a boca, provando. A goma é aprovada quando apresenta gosto azedo e textura fina, tem que dissolver na boca. A farinha tem que ficar úmida no mesmo momento em que entra em contato com a língua; se a secura persistir, a farinha não presta. A qualidade da rapadura se conhece pelo doce, que deve no começo lembrar a cana e no final, o mel, mas não pode nunca trazer ao final um travo de sal. Esses agricultores são provedores de

sofisticação equivalente àquela do *sommelier* em relação aos vinhos, pois, afinal, eles são parte importante dessa união engenhosa de soberania com segurança alimentar.

Por isso, para esses especialistas, a qualidade é um aspecto sempre mais importante que a quantidade. Mas é difícil para muitos técnicos de extensão rural e planejadores de desenvolvimento territorial compreender isso: eles pensam em produtividade e escala e raramente percebem que os produtores dependem dessa qualidade cultivada no espaço doméstico para conservar as posições que conquistaram nesses mercados tão pequenos, mas ao mesmo tempo tão exigentes que enfrentam todos os sábados. Dependem de manter a qualidade porque seus consumidores são visíveis e concretos na feira livre, exigindo o produto num padrão costumeiro e numa especificação bastante definida. Dessa maneira, a ênfase que as agências de mediação costumam colocar na produtividade esbarra nessa armadilha montada pela cultura material, que estipula que apresentação, qualidade, tipo e gosto se sobrepõem à quantidade, concebendo a agroindústria doméstica como parte da soberania alimentar, precisamente o contrário de um *padrão fordista* de alimentação.

A cultura

Dado o estágio de maturação dos programas públicos, das iniciativas de economia solidária e de aprimoramento dos mercados institucionais, o processo de produção desses bens fica marcado por uma tensão contínua entre a busca por mais produtividade e a manutenção do padrão cultural e costumeiro de qualidade. Essa tensão influi na escolha do equipamento, na seleção das variedades agrícolas e do tipo de terra, assim como na disponibilidade da força de trabalho familiar. Esta,

afinal, será determinante, pois é exatamente essa capacidade muito específica de agregar valor que fornece o diferencial entre uma farinha de fábrica e outra de farinha, a rapadura industrial e a rapadura de engenho. Ao final, o melhor processo será aquele que permitir combinar a maior qualidade com o menor dispêndio de tempo de trabalho.

Mas o desenho do produto é definido realmente nesses mercados limitados e soberanos. Os espaços de aceitação da farinha de mandioca de Medina e da rapadura de Novo Cruzeiro, por exemplo, são restritos, tanto em termos de número de pontos de venda quanto de delimitação geográfica: cabem nas feiras livres e nas casas de comércio desses municípios. A restrição de mercados, combinada ao rigor da estacionalidade da produção, cria uma dificuldade estrutural para produzir durante todo o ano. Há também uma bruta limitação na possibilidade de uso e investimento nos equipamentos produtivos: como investir dinheiro e trabalho na produção de farinha que ocupa – em tempo parcial – apenas seis meses do ano? Como esticar a estação produtiva se a consequência será o produto fugir do padrão de qualidade, prejudicar a alimentação da família e perder seu espaço na feira livre?

Esses produtores enfrentam ainda uma dupla dificuldade de comercialização. De um lado, não podem produzir tudo o que o seu potencial permite, uma vez que levar o rendimento ao extremo quase que fatalmente criaria estagnação nas vendas em função da dimensão reduzida dos mercados. De outro, há uma forte sazonalidade nas vendas e na produção, que se concentra no período das secas. Por isso a grande variação nos preços de produtos beneficiados ao longo do ano, que mudam, como dizem, entre *seca-e-s'água*. No município de Araçuaí, em agosto de 2010, em plena estação produtiva, a



Foto: Flávia Maria Galizoni



Foto: Eudardo Ribeiro

Processo de produção da indústria doméstica rural do Jequitinhonha é marcado pela tensão entre a produtividade e a manutenção do padrão rural



Foto: Eudardo Ribeiro

Produtos da agroindústria doméstica vendidos nos mercados locais

rapadura de 2,5 kg estava cotada a R\$ 4,50. Cinco meses antes, em março de 2010, a mesma rapadura valia R\$ 8,00. A pesquisa em algumas feiras revelou a escassez às vezes absoluta de produtos beneficiados no tempo das chuvas. E, se a variação acentuada de preço indica sazonalidade, aponta também a fidelidade do consumidor ao produto e seu caráter essencial na dieta local.

Como o produto é estacional, é preciso estocar para vender na entressafra. Entretanto, as condições de armazenagem são limitadas, o que faz com que o produto perca qualidade e a freguesia da feira livre reclame. Além do mais, como a produção do agricultor é diversificada, no tempo das chuvas a família produz mantimentos e se dedica a outras atividades, em vez de enfrentar o risco de fugir aos padrões de qualidade, o que desagradaria os produtores e afastaria seus fregueses costumeiros. Os especialistas preferem perder o dinheiro do tempo das águas a perder o cliente que aprecia a alta qualidade do seu produto. E, para manter essa relação, ele fará todo esforço possível para adaptar variedades precoces à produção, porque, nesse caso, precocidade será muito mais importante que produtividade.

Assim, o produto da agroindústria doméstica é de caráter artesanal, produção sazonal e de pequena escala. Isso cria uma impossibilidade para o produtor se dedicar mais e qualificar melhor seu produto. É um dilema que aparece com frequência nos fóruns de debate territorial, e nem sempre os programas públicos e os técnicos de extensão acertam a mão, pois costumam insistir na necessidade de imprimir um caráter industrial na agroindústria doméstica. As sugestões de mudanças acabam sendo na direção do aumento da produtividade física e das escalas, algo que contraria os produtores e principalmente os consumidores que eles encontram todos os sábados nas alegres e coloridas feiras do Jequitinhonha. Afinal, elevar a produtivi-

dade de uma grande variedade de produtos pode implicar mais demanda por trabalho, um maior custo na fertilização das terras e aumento dos gastos com transporte. Entretanto, o mais importante é ressaltar que uma maior produtividade não assegura necessariamente melhores mercados.

Os programas de melhoramento tecnológico da indústria doméstica deveriam cuidar antes de tudo de seu caráter artesanal. O que absolutamente não significa que inovações não devam ser propostas, embora devessem sempre se pautar por: a) melhoramentos que reduzam a penosidade do trabalho; b) conhecimento etnopedológico e de usos das terras; c) estudos de variedades adaptadas aos usos locais da terra; d) possibilidades de elevação dos rendimentos físicos sem modificar as condições da produção e os padrões microlocais de qualidade; e, sobretudo, e) criar facilidades de acesso às feiras livres, que são o fundamento mesmo da existência desses produtos.

Eduardo Magalhães Ribeiro

professor ICA/UFMG,
pesquisador CNPq

bolsista PPM/Fapemig do Núcleo PPJ
eduardomr@pq.cnpq.br

Eduardo Barbosa Ayres

bolsista EXP-CNPq do Núcleo PPJ
eduardoturmalina@yahoo.com.br

Flávia Maria Galizoni

professora ICA/UFMG do Núcleo PPJ
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Ana Flávia Almeida

bolsista IC/CNPq/UFMG do Núcleo PPJ
fa.almeida2@hotmail.com

Thiago de Paula Assis

professor da UFLA do Núcleo PPJ
trassis@yahoo.com.br

Thiago Borges Moreira

bolsista EXP-CNPq do Núcleo PPJ
thiagomarc2004@yahoo.com.br

Vanessa Fonseca

bolsista IC/CNPq/UFMG do Núcleo PPJ
fv_vanessa@yahoo.com.br

Alice Assis Carvalho

bolsista Capes do Núcleo PPJ
carabinaufv@yahoo.com.br



Fotos: Monique Medeiros

Milho verde comercializado na feira ecológica com o selo da Cooperativa Sul Ecológica

Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul

Monique Medeiros e Flávia Charão Marques



extremo sul do Brasil geralmente é lembrado como uma paisagem plana, uniforme, quase monótona, não fosse o gado pastando e uma ou outra casa de estância¹ ao fundo. De fato, o processo de ocupação do território no sul do Rio Grande do Sul, originariamente habitado por grupos indígenas nômades, realizou-se por meio de uma apropriação de terras que levou à formação de latifúndios e a uma série de invisibilizações, especialmente falando das pessoas e saberes que foram constituindo historicamente tal espaço, a começar pelos descendentes de africanos, que por anos sustentaram as charqueadas² com seu trabalho.

Entretanto, a necessidade da Coroa Portuguesa em manter os domínios fronteiriços conquistados nas inúmeras campanhas militares e produzir alimentos para os vilarejos que se multiplicavam fez com que se dirigissem ao *fim do Brasil* muitos imigrantes, os colonos. Assim, em meados do século XVIII, chegam os primeiros açorianos, depois os alemães, em especial os pomeranos, e, então, viriam os italianos e franceses.

Bem mais tarde, a chegada da modernização da agricultura encontrou um cenário diverso e heterogêneo – não muito diferente de outros lugares do país –, que tratou de transformar produtiva e tecnologicamente, mas acabou por atingir também a organização e a vida comunitária. Com isso, o movimento uniformizante da modernização estabeleceu, aparentemente, apenas duas dinâmicas possíveis na porção do território que hoje corresponde aos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas. Uma delas se refere ao predomínio de grandes extensões de cultivos de arroz irrigado, onde os investimentos são voltados para o uso de maquinários pesados e altas quantidades de agroquímicos. A segunda dinâmica é a de incorporação da agricultura familiar à lógica de complexos agroindustriais. Primeiro, ao tentar transformar a produção de frutas e hortaliças para conservas e doces, que fazia parte da tradição e da economia local, em uma produção industrial de larga escala, que depois declinou, gerando uma queda econômica na região. Nessa dinâmica, também se inclui a produção de fumo pelos agricultores familiares para fornecimento às empresas do tabaco, criando uma situação de subordinação e dependência que é bem conhecida e ainda muito presente na atualidade.

Por outro lado, tomando emprestado o argumento de Ploeg (1992), é importante evidenciar que a localidade não pode ser entendida como espaço isolado, sendo central a noção de que a localização e a natureza heterogêneas da agricultura,

¹ No Rio Grande do Sul as estâncias eram estabelecimentos rurais que geralmente abrangiam grandes áreas de terras nas quais predominava a criação de gado bovino para corte. Até hoje, o termo é utilizado para designar as propriedades rurais ligadas às oligarquias historicamente estabelecidas no estado.

² Charqueada é a denominação dos locais onde era produzido o charque (carne que passa por um processo específico de salga), produto que sucedeu a comercialização do gado em pé e que serviu para a sustentação econômica da região até o início do século XX.

embora tenham sido profundamente afetadas pelo processo da modernização, não foram condenadas ao desaparecimento. Justamente, o que mobiliza a elaboração deste artigo³ é a constatação de que há resistências emergentes a partir das heterogeneidades que se constituíram ao longo da trajetória de desenvolvimento da porção sul do território rio-grandense, a despeito do poder político concentrado historicamente nas mãos das oligarquias ligadas ao latifúndio, da proposital invisibilidade da diversidade social ali presente e da força univertorial da modernização agrícola.

Por meio desse ponto de vista, a partir de um olhar mais atento à ação cotidiana de agricultores familiares e outros atores sociais em São Lourenço e Pelotas, pretendemos evidenciar algumas *novidades*. Considerando que são construídas em oposição ao regime prevalente da agricultura convencional e que emergem como práticas desviantes fundamentalmente relacionadas aos recursos e saberes contextualizados localmente, elas podem estar contribuindo para a realocação do sistema agroalimentar. Assim, alguns processos inovadores e localizados que sobressaem desse mosaico sociocultural são apresentados a seguir.

Da cadeia curta ao mercado institucional

Interessados em questões relacionadas à saúde, não unicamente de sua família, mas também daqueles que consumiam os alimentos produzidos com o uso de agroquímicos, agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas, já nos anos 1980, contando com o incentivo do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciaram os primeiros núcleos de trabalho organizados para impulsionar a produção de base ecológica. Com o passar do tempo e com a experiência adquirida pelos agricultores, esses núcleos deram origem à Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (Arpasul) que, em 1995, teve o início de suas atividades marcado pela criação da feira livre ecológica na cidade de Pelotas. Com o aprimoramento das técnicas e com a adesão de mais famílias, a produção passou a gerar excedentes, tornando necessário ampliar o número de pontos de vendas. E, assim, foi criada outra feira, localizada na cidade

³ Este artigo se baseia na dissertação de mestrado de Monique Medeiros, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e intitulada “Diversidade de saberes em situações de interfaces: a emergência da agricultura de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul” (2011).

de São Lourenço do Sul. Hoje, a Arpasul conta com 50 famílias de agricultores, a ideia das feiras se expandiu para vários outros municípios e as associações se multiplicaram. Dessa forma, as *feiras ecológicas* foram se consolidando como iniciativas que conseguiram reduzir a distância entre produtores e consumidores, valorizar circuitos locais de comercialização e reforçar formas comunitárias de organização social.

No entanto, segundo avaliação dos próprios agricultores, o volume comercializado ainda não era suficiente. Eles, então, decidiram não parar por aí. No ano de 2000, aderiram ao projeto-piloto Merenda Escolar Ecológica, implantado pelo governo estadual em algumas escolas da rede pública de ensino. Incentivados por tal oportunidade, aqueles que já produziam alimentos ecologicamente ampliaram seus cultivos, enquanto várias outras famílias iniciaram a transição para a produção de base ecológica. Logo, esses agricultores perceberam que era necessário encontrar outras formas de mercado e que isso poderia ser uma ferramenta importante para o desen-

volvimento das famílias, mas também da região. Esse processo de construção de mercados *alternativos* envolveu tanto a auto-organização dos agricultores como a articulação com organizações governamentais e não governamentais, consumidores específicos, ambientalistas, pesquisadores e agentes das esferas político-administrativas.

Cabe também ressaltar que a desmistificação da produção de base ecológica frente ao mercado ainda tem um longo caminho pela frente. No entanto, para os agricultores familiares, permanecer ou não produzindo sob sistemas de base ecológica está fortemente relacionado à viabilidade de comercialização de seus produtos. Na maioria dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, a principal causa constatada em campo é a dificuldade em manter níveis de renda adequados.

Torna-se, portanto, fundamental a reorganização do sistema produtivo e organizacional local que, iniciada com as feiras e



Hortaliças comercializadas na feira ecológica

com a participação no projeto-piloto, abriu portas para outras formas de comercialização, como por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo governo federal, em 2004, como parte das ações de erradicação da fome integradas pelo Programa Fome Zero. O mais relevante é que essa via de comercialização vem se constituindo em um dos mais importantes mercados para a produção ecológica das famílias.

Em ambos os municípios analisados, a consolidação de mercados diferenciados, tanto de cadeia curta como o institucional, tem promovido lentamente a transição para a agricultura de base ecológica. A produção de alimentos vem conquistando um espaço relevante nas unidades de produção e na região, resgatando, inclusive, cultivos tradicionais antes consumidos pelas famílias agricultoras.

Ainda, outros dois aspectos merecem destaque na construção desses novos mercados. O primeiro se refere à característica inclusiva do processo. Exemplo disso é o das comunidades quilombolas, que antes eram identificadas somente como público beneficiário dos programas sociais e, hoje, estão integradas à dinâmica produtiva local, comercializando diferentes produtos por meio do PAA. O segundo aspecto é o potencial multiplicador dessa iniciativa no território. Segundo um agricultor de Pelotas:

O PAA foi um indutor desse processo de trabalho em redes. Antes, era cada qual isolado. O Capa teve uma função importante nisso, né, de congregar no início, mas depois gerou as relações próximas, possibilitadas através do fornecimento ao PAA, e elas fizeram com que as cooperativas tivessem muito mais contato. [...] Tem essa rede, né. A Rede de Cooperação Solidária na qual a Sul Ecológica é um dos componentes e, aí, vários outros núcleos foram sendo chamados, praticamente todos os que trabalham com agricultura familiar.

A Rede de Produção e Comercialização Solidária é uma realidade em sete municípios da região sul do Rio Grande do Sul. Fruto da parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, a rede constitui um importante programa de segurança alimentar baseado na biodiversidade e na produção local, tendo no PAA um apoio para incentivar a produção e a distribuição de alimentos ecológicos para os mercados institucionais.

Cooperativa Sul Ecológica: dispositivo coletivo em construção

Diante da necessidade de fortalecer as iniciativas da agricultura familiar, mais precisamente aquelas com produção de base ecológica, é fundada, em 2001, a Cooperativa Sul Ecológica.

A organização da cooperativa se dá em núcleos formados por no mínimo cinco famílias, sendo que atualmente conta com pouco mais de 250 associados, distribuídos em 26 núcleos nos municípios de Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. Ao mesmo tempo em que consolida mecanismos que propiciam o acesso a políticas públicas, a certificação e a legalização de produtos da agricultura de base ecológica, a cooperativa favorece a adoção de princípios e valores da sustentabilidade, muitas vezes pelo resgate de velhas técnicas e práticas, agora associadas a novos ideais.

A cooperativa tem deflagrado uma nova dinâmica de relacionamento com a sociedade circundante, sustentando-se nos potenciais endógenos de cada localidade para a construção de formas de agricultura compatíveis com as realidades do ecossistema, da economia e dos repertórios culturais locais. Além disso, os atores sociais organizados nessa cooperativa têm ampliado processos de aprendizagem coletiva, seja porque são facilitadas ações de mediadores sociais envolvidos nos vários projetos em andamento ou porque há criação de espaços e redes sociais que aumentam as possibilidades de trocas de um relevante *saber-fazer*, propiciando o compartilhamento dos muitos avanços em curso entre os múltiplos atores. De modo muito prático, essa organização também tem facilitado e estimulado a participação dos agricultores em diferentes espaços de exposição e comercialização de seus produtos, o que vem intensificando o contato direto com os consumidores e gerando confiabilidade.

O início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser incentivada ou acompanhada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior quanto mais se valer dos canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio ou redes de diálogo (Sabourin, 2009). Em escala local, a formalização das redes de diálogo pode ser incentivada no âmbito de uma intervenção, por exemplo, por meio de cursos, palestras e conversas realizados pelas organizações que assistem os agricultores, exatamente como fazem o Capa e a Sul Ecológica quando desenvolvem ações junto às famílias agricultoras nos municípios analisados. Esse fato pode ser ilustrado através da fala de um dos agricultores cooperativados:

Se não fosse a cooperativa, eu tinha seguido plantando convencional. Eu tinha até problema de saúde por conta dos agrotóxicos. Mudou pra melhor a qualidade de vida, antes a gente só trabalhava com veneno (...)

Todas essas dinâmicas e relações têm sido capazes de suscitar um espaço de discussão e ação propício ao fortalecimento das interações sociais locais, fazendo com que sejam mais facilmente impulsionadas constantes ressignificações nas formas de consumir e de produzir alimentos, o que põe gra-



Feijão mouro comercializado na feira ecológica com o selo da Cooperativa Sul Ecológica

dativamente em xeque a lógica produtivista ainda vigente, ao mesmo tempo em que coloca em evidência a transição com base em princípios agroecológicos.

Ressaltando o potencial inovador

Por meio das experiências apresentadas, é possível identificar que a emergência da construção social da qualidade na produção e no consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar nos municípios analisados está se ampliando para os vizinhos, fato que evidencia o importante papel dos mercados de cadeia curta e institucional. Essa ampliação aponta para uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, mais territorializada e adaptada às especificidades locais. Assim, essas experiências, que se configuram como formas de resistência e de conquista de autonomia, constituem conexões inovadoras com o mercado de produtos agrícolas, por se posicionarem contra as transações comerciais que distanciam mais e mais quem produz de quem consome e por estarem engajadas em processos sociopolíticos mais abrangentes de conquista da soberania alimentar.

As transformações organizacionais e produtivas que estão em curso nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas podem ser identificadas como adaptações e reações que, fazendo parte do cotidiano dos atores, favorecem iniciativas que se configuram como desvios em relação ao regime dominante. Tais novidades têm grande potencial em favor da realocação dos sistemas agroalimentares, especialmente pela valorização dos conhecimentos locais e da diversidade socioambiental, gerando re-arranjos em relações sociais e de trabalho e promovendo a interação entre conhecimentos distintos, o que propicia processos de aprendizagem coletiva e revitaliza vínculos de reciprocidade e confiança.

Monique Medeiros
mestre em Desenvolvimento Rural,
extensionista da ASCAR/EMATER-RS
mmedeiros@ymail.com

Flávia Charão Marques
doutora em Desenvolvimento Rural e
professora da UFRGS
flavia.marques@ufrgs.br

Referências bibliográficas:

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMÁN, E. (Ed.). **Ecología, Campesinato y Historia**. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 163-195.



Foto: Giraldo Martín

A diversificação produtiva aumenta o índice de utilização da terra e a renda

Driblando a fome: da dependência à autossuficiência na região de La Palma, Cuba

Maikel Márquez Serrano, Fernando R. Funes-Monzote e Nelson Valdés Rodríguez

Até o início dos anos 1990, a Europa Oriental abasteceu a agricultura cubana com insumos industriais e equipamentos (Funes-Monzote, 2009). Essas importações levaram a uma intensa padronização da paisagem rural cubana por meio da ampliação de monoculturas específicas com as quais o país realizava o intercâmbio comercial com a URSS. Por essa razão, pode-se dizer que o

mundo rural de Cuba era uniforme, tanto do ponto de vista de suas paisagens como das tecnologias agrícolas empregadas. Porém, a desintegração do bloco socialista provocou em Cuba, assim como em muitos outros países, o colapso dos sistemas de produção agrícola industrializados, demonstrando a fragilidade desses sistemas altamente dependentes de insumos externos.



Foto: Jorge L. Frias

Jorge Medina explica como usa a crotalária em sua propriedade



Foto: Eduardo Calves

Intercâmbio na propriedade de Andrés Aldás, guardião de variedades de arroz e feijão

A realidade em La Palma

O município de La Palma está localizado na região noroeste do país. Os padrões produtivos adotados que se sucederam historicamente nessa região foram: a) o uso do conhecimento local ancestral; b) a adoção do tabaco como a cultura mercantil principal e o uso de máquinas e agrotóxicos que logo foram transferidos para outras culturas, seguindo o modelo da Revolução Verde, que prevaleceu durante as décadas de 1970 e 1980; e c) a emergência do enfoque agroecológico nos últimos 20 anos (1990-2010), modo de produção mais condizente com a situação de escassez de insumos externos.

Atualmente, coexistem na região três tipos de manejo dos sistemas agrícolas que se diferenciam entre si nas práticas de reciclagem de nutrientes, de uso de energia no processo de produção, de acesso a tecnologias, de conservação do

solo e de manejo da agrobiodiversidade. São eles: sistemas ecológicos (SE), sistemas tradicionais (ST) e sistemas convencionais (SC).

Cada tipo de sistema tem respondido de forma específica aos efeitos negativos das mudanças climáticas sobre a agricultura na garantia a segurança alimentar e nutricional da população.

Tipos de produção

Sistemas convencionais: tendem a empregar intensivamente insumos externos (combustíveis, agroquímicos e mão de obra) e maquinário; diversidade produtiva reduzida (monocultura) e mau aproveitamento dos resíduos.

Sistemas tradicionais: desenvolvidos localmente durante muitos anos por meio da experimentação camponesa. Mudanças de cultura ocorrem em função das demandas dos mercados. O emprego de agrotóxicos e máquinas não segue padrões convencionais já que os agricultores mantêm um certo grau de auto-gestão. Por essa razão não podem ser considerados convencionais. Por outro lado, as práticas agroecológicas também não são adotadas de forma consciente.

Sistemas ecológicos: adotam práticas amigáveis ao meio ambiente, como a conservação dos solos, a manutenção de altos níveis de biodiversidade, métodos naturais de controle de pragas e doenças, o aproveitamento de resíduos orgânicos. Contam com assistência técnica e apresentam um padrão mais regular de manejo de rotações de culturas visando o bom aproveitamento do espaço disponível.

Essas três formas de manejar os agroecossistemas têm mostrado diferenças significativas quanto à sua contribuição para a autossuficiência tecnológica e o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e diversidade.

O uso da energia influencia diretamente a sustentabilidade de um sistema de produção. Nesse sentido, a relação energética **energia produzida/energia investida** pode constituir um importante indicador para caracterizar ambiental, econômica e socialmente os sistemas locais de produção de alimentos.

Este artigo analisa a contribuição das pequenas propriedades do município de La Palma imersas em processos de transição agroecológica para a segurança ambiental e alimentar da população local, comparando-as com os campos que adotam abordagens convencionais e tradicionais.

Análise energética

A utilização de energia está intimamente ligada à problemática das mudanças climáticas, uma vez que resultam do uso irracional de energia fóssil e o consequente acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera (Vlek, 2003).

A análise energética tem procurado superar a dicotomia entre a teoria econômica e o estudo dos processos naturais, a fim de avaliar corretamente alguns dos aspectos da crise ecológica (Puntí, 1982). Com base nessa ideia, avaliou-se o balanço energético de propriedades características dos três tipos em La Palma. Os resultados mostraram que as propriedades de enfoque ecológico e tradicional apresentam diferenças significativas em relação às propriedades convencionais (Figura 1).

Relação energética

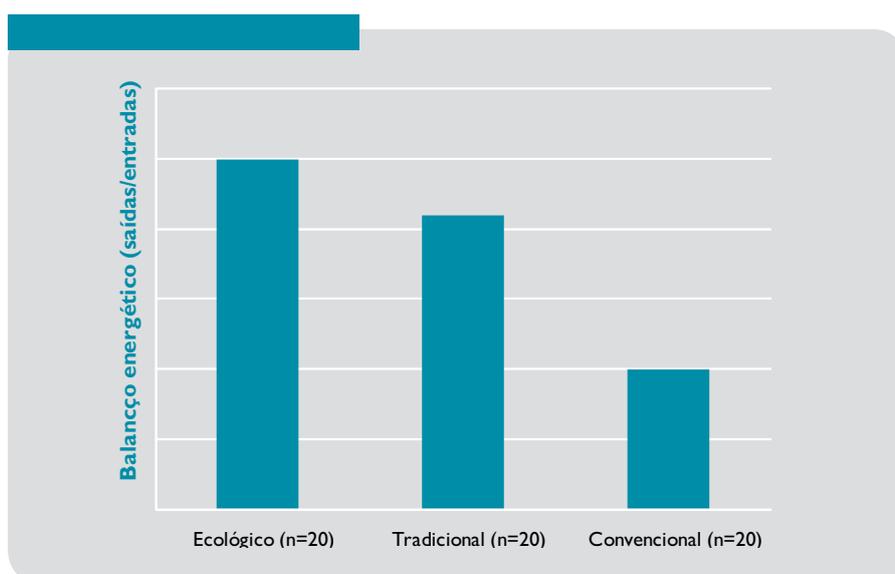


Figura 1. Balanço energético dos três tipos em La Palma, Pinar del Río (média de três anos)

O balanço energético reduzido verificado nas propriedades convencionais deve-se principalmente ao consumo energético significativamente maior do que o das tradicionais e ecológicas.

Capacidade de cada tipo para suprir a demanda energética das pessoas

Alguns autores concordam que o crescimento acelerado da população mundial é um dos principais desafios do setor agrícola. A explosão demográfica é encarada por isso como uma das maiores preocupações ambientais do século XXI.

A principal função da alimentação é aportar energia e nutrientes às pessoas. Em regiões onde o acesso ao mercado é limitado e a renda é insuficiente, as proprieda-

des produtoras de alimentos devem ser diversificadas para que as demandas de energia e nutrientes da população local sejam satisfeitas. Nesse sentido, a capacidade de atendimento às necessidades nutricionais das populações em longo prazo é uma dimensão relevante para a análise da sustentabilidade dos agroecossistemas.

Uma análise da produção energética de cada tipo, levando em conta as necessidades energéticas de um cidadão médio em nosso país, mostrou que as propriedades ecológicas são capazes de nutrir 4,67 pessoas por hectare durante os 365 dias do ano, enquanto as propriedades convencionais conseguem alimentar apenas 2,69 pessoas por hectare. A capacidade das propriedades tradicionais encontra-se numa posição intermediária entre as duas outras (Quadro 1).

Uma vez estudadas as principais culturas em cada tipo de sistema, podemos deduzir que uma das causas para as propriedades convencionais apresentarem baixa disponibilidade de energia destinada à alimentação vem do fato de que as mesmas dedicam grande parte de sua área para a produção de culturas de baixo teor energético. Esse é o caso da cultura do tabaco (que sequer é alimentícia), cujo plantio na maioria dessas propriedades pode ser classificado como uma monocultura alternada com a produção

Quadro I. Número de pessoas que cada tipo é capaz de alimentar do ponto de vista energético e proteico por hectare

Tipos	Número de pessoas com demandas energéticas atendidas pela produção anual em um hectare	Número de pessoas com demandas proteicas atendidas pela produção anual em um hectare
Ecológica	4,67	7,17
Tradicional	4,33	5,76
Convencional	2,69	3,30

de milho, sendo essa a única rotação encontrada nesses espaços. Se considerarmos que essa cultura vem acompanhada de um pacote tecnológico de uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes, combustíveis, máquinas e trabalho humano, em função da complexidade das práticas agrícolas que exige, a situação se agrava ainda mais, o que também explica o baixo balanço energético dessas propriedades.

Capacidade de cada tipo para suprir a demanda de proteínas das pessoas

Na busca de estilos de desenvolvimento mais equitativos do ponto de vista alimentar deve considerar a importância das proteínas para o organismo humano. Por essa razão, analisamos a capacidade de cada tipo de suprir as exigências proteicas durante um ano por unidade de superfície (ha-1).

Mais uma vez, os resultados mostraram que as propriedades ecológicas apresentam diferenças significativas em relação às convencionais. Enquanto as primeiras são capazes de atender as necessidades proteicas de 7,17 pessoas por hectare durante um ano, as convencionais suprem apenas 3,3 pessoas por hectare (Quadro I).

Políticas públicas favoráveis

Considerando que unicamente a produção diversificada não constitui a solução para a segurança alimentar e nutricional, o governo municipal da cidade de La Palma desenvolveu um plano de comercialização local que estimula às cooperativas locais a venderem suas produções de produtos frescos e processados na comunidade. Essa medida facilita o acesso físico aos alimentos, permite que os consumidores conheçam



Foto: Eduardo Calves

Pinar Del Rio mostra os produtos de sua horta familiar

mais sobre a origem da produção e favorece o estabelecimento de preços justos.

Maikel Márquez Serrano
engenheiro e professor da Universidade de Pinar del Río, Cuba
maikelm@famsa.upr.edu.cu

Nelson Valdés Rodríguez
doutor em Ciências e professor titular da Universidade de Pinar del Río, Cuba
nvaldes@af.upr.edu.cu

Fernando R Funes-Monzote
pesquisador da Estação Experimental Indio Hatuey da Universidade de Matanzas, Cuba
mgahonam@enet.cu

Referências bibliográficas:

FUNES-MONZOTE, F. R. **Agricultura con futuro:** la alternativa agroecológica para Cuba. Matanzas, Cuba: Estación Experimental Indio Hatuey, 2009.

PUNTÍ, A. Balance energético y costo ecológico de la agricultura española. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, 1982.

VLEK, P. Energy use and CO2 production in tropical agriculture and means and strategies for reduction or mitigation. **Environment, development and sustainability**, v. 6, p. 213-233, 2003.



Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano

Tatiana Walter e John Wilkinson

Saveiros utilizados para pesca no mar

No litoral do Baixo Sul da Bahia, a pesca artesanal é em conjunto com a agricultura o principal meio de vida de aproximadamente 14 mil pescadores e marisqueiras distribuídos em 100 comunidades e bairros de nove dos municípios da região¹. A produção anual gira em torno de 15 mil toneladas de frutos do mar, sendo responsável por um montante de R\$ 78 milhões apenas na primeira comercialização. Para manutenção desta atividade, as famílias de pescadores capturam mais de sessenta espécies nos estuários, manguezais e no ambiente marítimo. O trabalho, que vai desde a captura da espécie até o tratamento realizado para seu beneficiamento e sua conservação, envolve toda a família e resulta em quatro produtos principais: pescados, catados, mariscos vivos e peixes secos. Cada um dos produtos abastece mercados distintos e estabelece uma complexa cadeia de relações sociais, sendo importante destacar que as famílias de pescadores artesanais constituem seu elo mais frágil (Walter, 2010).

Com vistas a conceber uma estratégia de desenvolvimento local e territorial para a região, foi implementado o projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar), por meio do convênio 073/08 entre o Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (Iplan) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Seu objetivo era instituir uma política pública que se baseasse no planejamento participativo das estruturas e ações destinadas à cadeia produtiva, tendo como foco o protagonismo dos pescadores artesanais.

Este artigo visa arguir sobre a adoção do enfoque de Sistema Agroalimentar Localizado (Sial) nas atividades do projeto Cipar Baixo Sul que culminaram na implantação de estratégias que visam o fortalecimento dos mercados locais. Esse enfoque foi complementado com o aporte teórico da

Sociologia Econômica, que considera o mercado como parte das relações sociais.² Nessa perspectiva, assume-se que o mercado pode ser socialmente construído, a partir de um conjunto de estratégias e de acordos entre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento da cadeia produtiva, permitindo assim que os próprios pescadores delineiem ativamente as intervenções necessárias à cadeia.

Tais enfoques são pouco utilizados em projetos destinados à gestão participativa da pesca e apresentam possibilidades interessantes para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva, a exemplo do próprio Cipar.

A adoção da concepção de Sial no planejamento participativo da cadeia produtiva dos frutos do mar

A noção de Sistema Agroalimentar Localizado (Sial) surge em 1996 no contexto de agravamento das crises das sociedades rurais e dos problemas ambientais e alimentares, tendo como definição:

Organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, gastronômicas, etc.) associadas por suas características e funcionamento em um território específico. O meio, os produtos, as instituições, seu saber-fazer, seu comportamento alimentar, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de alimentação agroalimentar em uma escala espacial dada (Muchnik, 2006).

O Sial busca compreender o funcionamento da cadeia produtiva tendo como foco o território, tanto em termos teóricos – compreender em que medida o território constitui um elemento significativo ou não para a organização e a dinâmica da cadeia estudada – como do ponto de vista operacional. Nessa concepção, o território serve de referência para a combinação de atividades diversificadas, para a organização dos produtores, para aumentar suas margens de manobra e melhorar sua posição na negociação e na governança da cadeia ou para a construção de circuitos comerciais alternativos, baseados em outra relação produtor-consumidor (Muchnik, Op. cit.).

Essa categoria de análise coloca em evidência dois aspectos relevantes sobre a pesca artesanal: o conhecimento tácito e a existência de recursos no território que podem ser valorizados na atividade econômica local. O espaço do Sial não

¹ São eles: Jaguaripe, Valença, Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú.

² Maiores detalhes sobre a construção social dos mercados podem ser encontrados em Wilkinson (2008).

possui delimitação simplesmente geográfica já que é, antes de tudo, um espaço construído socialmente, marcado em termos culturais e regulado institucionalmente. Portanto, pode-se localizar um Sial na confluência do território com a cadeia de produção-distribuição-consumo do alimento de que se trata (Requier-Desjardins; Rodriguez, 2002).

No Projeto Cipar Baixo Sul, o planejamento da cadeia produtiva foi realizado de forma a concatenar os levantamentos técnicos com as demandas dos pescadores artesanais e marisqueiras, pautado em um processo pedagógico voltado ao protagonismo comunitário e à ação coletiva no horizonte da emancipação e da autonomia desses produtores.

Nesse sentido, tanto a análise técnica como as atividades de planejamento consideraram a existência de três cadeias produtivas no território a partir do conhecimento prévio da região, que sugeria que o fluxo de produção se distribui espacialmente em três áreas. Em cada uma delas, parte das comunidades se articula em torno de um dos polos pesqueiros, ou seja, com aqueles municípios melhor estruturados em termos de oferta de serviços: Camamu, Tapeiroá/Ituberá e Valença. Esse arranjo pode ser definido como três cadeias produtivas organizadas espacialmente, cada qual articulando a produção das comunidades pesqueiras direta ou indiretamente com a sede de um desses quatro municípios e abastecendo as localidades turísticas que também se vinculam a ela, dado a oferta de serviços.

Cada um dos conjuntos, envolvendo comunidades pesqueiras e turísticas e o respectivo polo pesqueiro, foi definido como um microssistema alimentar localizado (microSial). Tal proposição possibilitou uma melhor organização das atividades do projeto, uma vez que captou aspectos relacionados à dinâmica da cadeia produtiva de forma mais aprofundada do que se as análises fossem realizadas com base em um único sistema. Resultou também em um melhor planejamento das ações necessárias à estruturação da



Feira de secos em Camamu (BA), com ênfase para a comercialização de peixes secos



Mercado de Comercialização de Pescados em Valença (BA)

cadeia produtiva, em especial aquele relacionado às infraestruturas e à aceitação do projeto por parte dos pescadores artesanais, dado que a área de abrangência é muito grande e a perspectiva em torno de uma estrutura centralizada não atenderia toda a região, que é caracterizada pelo isolamento geográfico das comunidades.

Entretanto, essa forma de organização descentralizada coloca certas dificuldades. A primeira deve-se ao fato de algumas comunidades pesqueiras se relacionarem com mais de um sistema. Situação essa esperada no período do verão, quando a produção é destinada prioritariamente às localidades turísticas e àquelas comunidades que estão situadas no limite geográfico do microsistema. O segundo problema deve-se a alguns dos aspectos relevantes ao desenvolvimento da cadeia produtiva, em especial, o ambiente institucional, que extrapola o nível microrregional. Além disso, tornava-se bastante pertinente buscar reunir a análise e o planejamento da cadeia produtiva em um único sistema para que se pudessem estabelecer uma articulação política dos pescadores como um todo, com vistas à construção de uma identidade coletiva e do reconhecimento da categoria.

Para balancear as vantagens e as desvantagens da descentralização do Sial, foi desencadeado um processo de mobilização na maioria das comunidades pesqueiras e foram selecionados 120 participantes – entre pescadores, marisqueiras e lideranças – de 45 comunidades distintas. Os grupos, de em média 40 integrantes, foram divididos de acordo com o município de origem e sua relação com o município-polo, compondo os três microsistemas. Assim, Camamu, Maraú e Igrapiúna constituíram o MicroSial sul; Taperoá, Ituberá e Nilo



Canoas utilizadas para pesca nos estuários do Baixo Sul (BA)

Peçanha, o MicroSial centro; e Valença, Cairú e Jaguaripe compuseram o MicroSial norte.

A proposta de planejar a estruturação da cadeia produtiva em três microsistemas foi bem aceita pelos pescadores. Ao longo dos três ciclos de oficinas, realizadas entre agosto e dezembro de 2009, eles constituíram uma identidade de grupo – de acordo com o MicroSial –, que posteriormente se estendeu para todo o Baixo Sul. Já a partir das atividades conduzidas ao longo de 2010, puderam reconhecer que diversos aspectos associados ao seu desenvolvimento, e não apenas aqueles destinados à infraestrutura, são comuns a todo o território. Destaca-se que, até então, as lideranças e comunidades eram desarticuladas e não se reconheciam como integrantes de um único território, tampouco enquanto categoria.

Como fruto desse processo, foi definido um projeto por MicroSial, destinado à estruturação da cadeia produtiva e à construção de um plano de ação que articulasse o conjunto de atividades necessárias ao desenvolvimento do setor, assumindo que a melhoria das condições sociais e do ambiente são centrais à melhoria da cadeia produtiva. Além disso, foi instituído um movimento social que articula o conjunto de entidades de pesca do Baixo Sul, denominado Conselho Gestor do Cipar Baixo Sul. Esse movimento estabeleceu que a política pública do Cipar deve ser protagonizada pelas famílias de pescadores artesanais, organizadas em torno de suas comunidades e entidades representantes de classe.

Ademais, os participantes de cada MicroSial definiram estratégias de estruturação da cadeia produtiva na forma de projetos financiáveis pelo próprio MPA ou por outros orga-



Pesca de siri pelas mulheres do Baixo Sul (BA) para produção de catado

nismos, que visam à: i) comercialização direta dos produtos pelas famílias de pescadores, envolvendo suas entidades e ações em rede; ii) melhoria dos produtos e da comercialização nos mercados locais, formados por restaurantes, mercados públicos e moradores da região; iii) melhoria da renda das famílias por meio da conquista de novos mercados, em especial, os mercados institucionais, caracterizados por parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e outros canais fora do Baixo Sul, desde que apoiados por estudos técnicos.

As diferenças entre microssistemas ocorrem principalmente no que diz respeito à localização das infraestruturas, bem como ao porte e à necessidade de reforma/recuperação ou aquisição de equipamentos. Em geral, são previstas estruturas maiores concatenadas a estruturas periféricas menores. Com base nesse planejamento e nos resultados obtidos na análise da cadeia produtiva, foram concebidas as estratégias de viabilidade, sendo que, na maior parte dos aspectos, são similares aos três microssistemas.

Dentre elas, três podem ser consideradas centrais:

O reconhecimento e a valorização da atividade pesqueira enquanto atividade familiar e artesanal

A partir do momento em que reconhecem a pesca extrativa realizada no Baixo Sul enquanto atividade artesanal e, principalmente, que envolve os diversos membros da família, pescadores e marisqueiras começam a demandar estratégias que valorizem esse tipo de processo produtivo. Esse reconhecimento é relevante para a divisão de tarefas, a participação da família nos diversos projetos a serem delineados e, especialmente, para a manutenção de parte das atividades no interior da residência, respeitando e valorizando o papel das mulheres.

A constituição de redes solidárias de cooperação e comercialização

A articulação entre as unidades produtivas familiares e suas entidades representativas nas diversas comunidades pesqueiras que compõem um MicroSial constitui uma rede solidária de cooperação e comercialização, sendo uma das principais estratégias definidas pelos três grupos com vistas à conquista da emancipação política e econômica. Dentre seus objetivos, está o de gerir as estruturas buscando ampliar a capacidade de assegurar seu uso coletivo e de enfrentar as adversidades impostas ao setor. Nesse sentido, as estruturas são planejadas de forma articulada entre as comunidades pesqueiras, as localidades turísticas e os municípios-polo, envolvendo estruturas maiores que agregam a produção de estruturas menores, descentralizadas.

Os três projetos preveem assessoria às entidades no campo, em relação aos aspectos normativos da comercialização (organizar a produção, pagar os pescadores, etc.), bem como em diversas capacitações destinadas a criar as habilidades necessárias para a gestão democrática dos empreendimentos e a administração da rede. A infraestrutura, por sua vez, deverá necessariamente estar associada à capacitação para sua gestão e ao apoio para articulação das entidades. Concomitantemente, os projetos contemplam a formação continuada com vistas à constituição de um movimento social que não se encerra na comercialização.

A valorização do mercado local

A produção de uma grande variedade de produtos pelas famílias de pescadores é considerada uma característica intrínseca da pesca artesanal e necessária à manutenção da biodiversidade e da renda ao longo do ano. A diversidade de produtos, em conjunto com a diversidade de estratégias de abastecimento do mercado local, tem sido valorizada nos três MicroSial. Não obstante, podemos apontar três tipos de mercados locais, para os quais as estratégias de valorização devem ser diferenciadas, mas encontram-se correlacionadas, já que, em qualquer um deles, deverá ser privilegiada a comercialização direta envolvendo as entidades de pesca e os pescadores organizados em rede.

O primeiro tipo de mercado local vem da atividade turística e envolve principalmente os restaurantes. Esse mercado é caracterizado pela aquisição de poucas espécies frente à diversidade local, por uma maior valorização dos produtos no período de verão – compreendido entre outubro e março – e por uma demanda superior à oferta. Para suprir suas necessidades, os restaurantes e peixarias da região adquirem peixes de 1ª e 2ª, camarão e polvos de outras regiões, oriundos de cadeias globais e, comumente, com qualidade inferior em termos de frescor, em discordância com o que deveria ser o principal atributo dos pratos servidos aos turistas.

A comercialização junto aos restaurantes perpassa duas estratégias complementares. A primeira delas é a con-



Comercialização de catados e peixes no Mercado Público em Ituberá (BA)



Oficina de planejamento da cadeia produtiva envolvendo os três MicroSial's: debate sobre a articulação entre as políticas públicas relacionadas à pesca artesanal na região

servação dos produtos atualmente valorizados cuja safra é no inverno, a exemplo do camarão e do vermelho.³ O ideal é que o armazenamento seja feito pelos próprios pescadores, uma vez que suas famílias não são favorecidas pela diferenciação de preços que ocorre em função do distanciamento entre o período de oferta e o de demanda. Para tanto, é necessário pensar em estruturas adequadas – câmaras frias – distribuídas em locais distintos ao longo do território. Mas a importância dessas estruturas de armazenamento não se restringe às espécies cujo período de pesca é diferenciado do período de maior demanda, podendo ser utilizadas para conservar qualquer produto comercializado fresco. É preciso, porém, considerar os custos que acarretam, embora a articulação dos pescadores em rede, bem como a maior participação do poder público local, tendam a aumentar a capacidade de sua manutenção.

Entretanto, há de se considerar também a dependência de grande parte das famílias de pescadores em relação aos atravessadores, o que dificulta a comercialização direta principalmente das pescarias realizadas no ambiente marinho, que demandam maiores montes, tais como o arrasto de camarão e a pesca de linha, responsáveis pela captura dos produtos destinados ao turismo. Para o camarão, faz-se necessário con-



Oficina de planejamento da cadeia produtiva do MicroSial norte envolvendo pescadores, marisqueiras e lideranças de Jaguaripe, Valença e Cairu

siderar ainda a diminuição da produtividade em virtude da sobrepesca, o que limita qualquer perspectiva de investimento. Apesar desses percalços, o resultado dessa equação deve ser favorável, uma vez que a experiência de comercialização de outras espécies e a melhoria da renda familiar reforçam o

³ Pescado de primeira qualidade.

processo de emancipação econômica das famílias, diminuindo a dependência dos atravessadores.

A segunda estratégia está ancorada na valorização de outros produtos pouco ou nada requisitados pelos restaurantes, a exemplo de catados, mariscos vivos, peixes secos e peixes de terceira qualidade, que também constituem a base da culinária local. Para tanto, sugere-se a realização de festivais gastronômicos com espécies pouco consumidas pelos turistas, principalmente nos períodos em que o turismo é menor. Os festivais devem necessariamente ser planejados com base no uso de espécies locais e na valorização da cultura local. Essa estratégia possibilita o consumo daquelas espécies cuja safra está dissociada da demanda, assim como resulta na formação de novos hábitos por parte dos consumidores e ainda promove uma melhoria do turismo naqueles períodos em que os estabelecimentos turísticos estão ociosos. Além disso, a perspectiva de utilização de frutos do mar produzidos localmente contribui para manter o padrão de qualidade defendido pelos restaurantes, uma vez que o pescado possui melhor sabor e apresenta melhores condições sanitárias. Tal estratégia está apoiada pela articulação junto ao poder público e ao setor turístico.

Outro mercado a ser valorizado é aquele ligado ao consumo dos moradores locais. No Baixo Sul, porém, todos os mercados públicos encontram-se em situação precária, com condições sanitárias inadequadas e não oferecem estrutura mínima à comercialização dos frutos do mar, tais como câmaras frias e fornecimento de gelo. Uma segunda forma de comercialização é ambulante, em pontos fixos ou de casa em casa, igualmente em condições impróprias.

A organização da comercialização e o envolvimento do poder público na adequação das estruturas já existentes estão entre as ações necessárias à valorização dos frutos do mar e da produção artesanal. Tal estratégia tem como objetivo a melhoria da qualidade dos produtos e a diminuição do desperdício, resultando também no aumento do consumo por parte da população local.

O terceiro mercado envolve parcerias com a Conab, com vistas a atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o da Merenda Escolar. Destaca-se aqui o acúmulo em termos de organização da colônia de pescadores de Taperoá, única entidade da região que possui parceria com essa instituição. Nesse caso, as estruturas de beneficiamento e armazenagem dotam as redes de capacidade para atender tais mercados. Essas estruturas são as mesmas utilizadas para os produtos que abastecem os restaurantes e para os que são comercializados junto aos moradores, promovendo maior racionalidade em torno dos investimentos a serem realizados.

Como resultado dessas três estratégias centrais tem-se a valorização de diversas espécies produzidas localmente (e não apenas daquelas até então mais conhecidas), o aumento do consumo na baixa estação

(tanto em função do turismo como da presença de mercados institucionais) e o aumento do preço.

Além da importância desse conjunto de estratégias destinadas à estruturação da cadeia produtiva como consequência do planejamento participativo, cumpre destacar que os maiores resultados obtidos foram a articulação de pescadores e marisqueiras e a construção de uma identidade de classe, necessária para a manutenção da luta por sua emancipação econômica, política e social. Assim, podemos apontar que o enfoque de Sistema Agroalimentar Localizado, associado à proposição da construção social do mercado e de um processo pedagógico crítico, foram centrais para a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Tatiana Walter

doutora em Ciências Sociais, integrante do Laboratório de Gerenciamento Costeiro, Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande (Labgerco/Furg)
tatianawalter@gmail.com

John Wilkinson

PhD em Sociologia Econômica, professor do Centro de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)
jwilkinson@uol.com.br

Referências bibliográficas:

- AMBROSINI, L.B.; FILIPPI, E.E.; MIGUEL, L. de A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um enfoque territorialista e multidisciplinar. **Revista IDEAS**, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan-jun 2008.
- FUNDAÇÃO PROZEE/SEAP/IBAMA. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil**. Relatório final. Brasília, 2006.
- MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. **III Congreso Internacional de la Red Sial "Alimentación y Territorios"**, 2006
- REQUIER-DESJARDINS, D.; RODRIGUEZ, G. L'impact environnemental de l'agro-industrie de la panela: agriculture durable et système agroalimentaire localisé. In: **7ème Conférence de L'Association Internationale D'Economie Ecologique**, 2002, Sousse (Tunisia).
- WALTER, T. **Novos usos e novos mercados**: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal? 2010. 343 f. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 213 p.

Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar

Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Lauro Francisco Mattei,
Renato Sergio Maluf e Sergio Pereira Leite

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa discussão intensificou-se a partir do final da década de 1980, ganhou impulso nos anos 1990 e encontrou maior espaço no Governo Lula, envolvendo um amplo leque de atores sociais. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. Esse setor, que até então não havia sido considerado pelo Estado como objeto de políticas públicas específicas, começou a receber maior atenção quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, processo que teve como saldo importante a própria construção da definição oficial do conceito de *agricultura*

familiar, que desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da ação governamental. Registra-se a partir desse momento, mas principalmente depois de 2003, um esforço importante de implantação de diferentes instrumentos específicos de política pública direcionados a essa categoria de produtores, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do próprio PAA. Esses avanços foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares.¹

O diálogo estabelecido, a partir dos anos 1990, entre diferentes expressões de crítica ao modelo de agricultura e desenvolvimento rural hegemônico no Brasil e uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional, que não se restringia, unicamente, ao acesso ao alimento, possibilitou que questões relacionadas à necessidade de transformação da matriz produtiva da agricultura familiar fossem incorporadas ao processo de formulação do PAA.

¹ Identidades como *agricultor familiar, camponês, sem terra, assentado, quilombola, pescador artesanal*, entre outras, são produtos desse processo político de mobilização, relacionando-se, de diferentes maneiras, com a categoria agricultura familiar, na forma como a mesma foi construída pelas políticas públicas.

Este artigo apresenta as contribuições do PAA para a promoção da segurança alimentar e nutricional e a transformação da matriz produtiva e das condições de acesso aos mercados da agricultura familiar. Tomou-se como referência trabalhos de pesquisa desenvolvidos em diferentes regiões do país, tendo como foco o processo de implementação do PAA, seus efeitos, impactos e desafios. Buscou-se também sistematizar algumas limitações apontadas por diferentes autores acerca do programa.

Formulação e implementação do PAA

Partindo de uma concepção intersetorial de segurança alimentar e nutricional, o PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos. O PAA, portanto, adquire os produtos dos agricultores familiares visando: (i) o suporte da rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais; (ii) a estruturação de circuitos locais de abastecimento; (iii) a formação de estoques para prestar assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar.² Como alude Schmitt (2005), trata-se de um programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional à política agrícola.

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, tendo sido acompanhado ao longo de sua formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e por diferentes organizações da sociedade civil. Sua operacionalização envolve diferentes mecanismos de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal (Quadro 1), sendo alguns deles executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e outros implementados por meio de convênios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e municipais. Em termos de seu formato institucional, o programa conta com o acompanhamento de um grupo gestor³, de caráter interministerial, coordenado pelo MDS.

Em pouco mais de sete anos de operacionalização do PAA (2003-2010), o governo federal investiu um total R\$ 3,5 bilhões (Brasil, 2010), montante relativamente pequeno frente ao Pronaf – para o qual foram disponibilizados R\$ 16 bilhões somente na safra 2011/2012. De qualquer forma, esses recursos permitem que, em média, cerca de 112 mil agricultores familiares fossem beneficiados por ano pelo PAA (Brasil, 2010). Considerando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, o PAA beneficiaria 2,6% desse total, um número modesto pela importância que essa política desempenha.

³ Participam atualmente do Grupo Gestor os seguintes ministérios: MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa - representado pela Conab), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação (MEC).

² Utiliza-se, aqui, a definição adotada pelo Grupo Gestor do PAA no Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos (2010).

Quadro 1: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, através da compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela Conab com recursos do MDS e do MDA. O valor anual comercializado por agricultor está estipulado no limite de R\$ 8.000,00.
CPR-Doação	Compra com Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar de escolas, albergues, asilos, hospitais públicos, entre outros, bem como dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Esta modalidade é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação) quando operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. O limite anual comercializado por agricultor nessa modalidade é de R\$ 4.500,00.
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela Conab com recursos do MDA e do MDS. O valor anual comercializado por agricultor está limitado a R\$ 8.000,00.
IPCL (PAA Leite)	Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite	Objetiva incentivar a produção familiar de leite e estimular o consumo deste por famílias/pessoas em situação de risco alimentar. É operada pelos estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. O valor anual limite comercializado por agricultor é de R\$ 4.000,00.

Fonte: Brasil (2010)

Do início do PAA até 2006, o PAA Leite era a modalidade que mais recebia recursos (Brasil, 2010). No entanto, a partir de 2007, a modalidade *Compra com Doação Simultânea* passou a assumir maior importância. Como já sinalizava Delgado et al. (2005), podemos observar que as ações com esse foco, ou seja, o acesso ao alimento, têm ganhado maior ênfase ao longo dos anos.



Agregação de valores aos produtos por meio da estruturação de agroindústrias familiares ou comunidades

Todavia, ainda que com relativamente poucos recursos e beneficiando um número limitado de agricultores familiares, o programa tem dado contribuições importantes para a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional.

Alteração na matriz produtiva da agricultura familiar

O PAA, especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação), tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva. O programa tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um modo de vida camponês. Isso porque, em muitas regiões do Brasil, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de commodities, não raro destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs esses agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. Nessas situações, o PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada. Segundo algumas avaliações que tiveram como objeto de investigação a implementação do programa em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar pro-

duto locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido. Frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos de alimentos adquiridos pelo PAA.

Além da diversificação, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pela utilização de sementes crioulas e pelo respeito à diversidade cultural e aos saberes locais. Com efeito, o programa paga um preço 30% superior para os produtos cultivados em sistemas produtivos ecologicamente manejados. Os casos do PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas (RS) são emblemáticos nesse sentido, pois todos os itens adquiridos pelo programa são produzidos com métodos ecológicos (Surita, 2004). Todavia, expandir essa prática e assegurar instrumentos flexíveis de avaliação da conformidade da qualidade orgânica para tais produtos e que sejam adaptados à realidade das diferentes regiões do país constituem-se ainda desafios importantes para o programa em nível nacional.

O PAA também estimula a produção e o consumo de alimentos regionais. Isso se traduz em resgate e preservação de muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações. No Norte de Minas, por

exemplo, o PAA tem contribuído para a geração de renda por meio do aproveitamento das frutas nativas do Cerrado. Em Tenente Portela (RS), o PAA auxiliou a revitalizar os moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar regional que vinha arrefecendo (Pandolfo, 2008). Em todo o país, diferentes práticas e alimentos regionais estão sendo revigorados com o suporte do programa, como a canjica, o mesocarpo de babaçu, as cucas, o azeite de coco, a farinha de baru, o cupuaçu, o umbu, o maxixe, o jambu, etc.

Alteração no consumo da agricultura familiar e das famílias beneficiadas com os alimentos

Ao promover uma produção diversificada, o PAA tem contribuído, ao mesmo tempo, para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras (Delgado et al., 2005). Produtos antes pouco valorizados ou desconhecidos passam agora a fazer parte do cardápio diário delas, como destacam Zimmermann e Ferreira (2008, p. 48):

O PAA tem sido responsável também por incluir produtos na dieta das famílias dos agricultores de Mirandiba, principalmente frutas e verduras que elas pouco consumiam antes (...) Antes do projeto muitos agricultores não tinham árvores frutíferas em suas unidades produtivas e/ou não davam valor às frutas nativas.

Quanto às pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos, as mudanças principais têm sido observadas no padrão alimentar das crianças em idade escolar. Com a alimentação escolar proveniente da agricultura familiar regional, as crianças recebem alimentos frescos, variados e de melhor qualidade, confluindo para uma melhor aceitabilidade e consumo por parte dos alunos. Estudos têm se reportado também a efeitos positivos em termos de frequência, rendimento escolar e saúde das crianças. Por exemplo, em um estudo realizado na Bahia, Ortega, Jesus e Só (2006) observaram que com o PAA Leite a assiduidade das crianças na escola aumentou em 51% e houve um acréscimo de 48% no rendimento escolar, enquanto os índices *ruim* e *regular* diminuíram 59% e 53%, respectivamente.

É também relevante aludir ao fato de que o PAA tem contribuído para reconectar a produção ao consumo local (Triches; Froehlich, 2008), respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, as relações sociais, etc. Contrapõe-se, assim, ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade, a impessoalidade e subordina

o tempo e o lugar à acumulação de capital. No PAA, sobretudo na modalidade *CPR-Doação*, produtores e consumidores encontram-se articulados e compreendem a importância que um tem para o outro.

Preços, criação de novos mercados e alternativas de renda

O PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados.⁵ A garantia de comercialização traz um novo alento a essas famílias, que podem lançar mão de suas especificidades, de seus valores e suas práticas locais para articular-se com diversos públicos consumidores.

O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo – sobretudo para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil –, oportunidades para distanciar-se dos mercados de *commodities* agrícolas que se mostram inadequados às especificidades dessa categoria social, principalmente no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico.

Ademais, a garantia de comercialização significa o fortalecimento da autonomia dos agricultores em relação aos *atravessadores*. Em pesquisa realizada por Rocha, Cerqueira e Coelho (2007) em Irecê (BA), por exemplo, todos os agricultores entrevistados afirmaram que, antes do PAA, o escoamento da produção dependia inteiramente dos *atravessado-*

⁵A criação do PAA trouxe inovações nas relações entre a agricultura familiar e as compras governamentais. A Lei 10.696, que cria o programa, autoriza a dispensa de licitação na aquisição de produtos comercializados por esse segmento específico de produtores. Abre-se, com isso, uma exceção aos complexos procedimentos de aquisição estabelecidos pela Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) que tradicionalmente se constituíram como um obstáculo no acesso da grande maioria dos produtores familiares aos mercados institucionais.



Valorização das economias de pequena escala: oportunidade de distanciamento dos mercados convencionais

res. O grau de dependência em relação aos intermediários e o quanto isso interfere na autonomia dos produtores ficam evidentes no *desabafo* de outro agricultor do Sul do país: *O programa é o sonho que a gente sonhava: não vender ao atravessador* (Cordeiro, 2007).

Além da garantia de mercado, as normas do PAA permitem que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência, que devem levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar. Trata-se de uma inovação, considerando que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) sempre utilizou mecanismos de aquisição de caráter universal. Ao submeter grupos distintos às mesmas exigências na hora da comercialização, a PGPM reduzia o acesso dos agricultores familiares aos seus instrumentos. Com efeito, o PAA rompe com essa tradição ao dirigir suas ações para um segmento específico da agricultura brasileira – os agricultores familiares –, respeitando as diferenças regionais nos preços de referência.

O programa também tem colaborado para a recuperação dos preços regionais recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública foi suficiente para elevar a cotação de um produto (Delgado et al., 2005). Em algumas situações, o mercado local absorve a produção antes mesmo das compras públicas serem efetuadas, dispensando-as.

O PAA tem incitado igualmente o fortalecimento ou a criação de novos mercados, revelando o potencial do programa na geração de efeitos sinérgicos. Foi o que aconteceu com a Feira Livre do Produtor em Tenente Portela (RS), existente desde os anos de 1980. Segundo Pandolfo (2008), após o in-

cio do PAA, os feirantes notaram um aumento na procura de suas barracas na feira, isso porque, como a maioria deles também comercializa através do programa seus produtos, estes se tornaram mais conhecidos, valorizados e demandados pelas pessoas atendidas pelas doações do programa. A criação desses novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA. O objetivo é fazer deste apenas um *ponta-pé inicial* para a inserção nos mercados.

A garantia de comercialização e seus efeitos sobre os preços e a criação de novos mercados são fatores que podem repercutir em uma elevação da renda obtida pelos agricultores. Em pesquisa no Nordeste, Sparovek et al. (2007) notaram que os agricultores beneficiários possuíam receitas de comercialização da produção quase três vezes superiores às dos não beneficiários, diferença esta atribuída ao PAA – embora essa conclusão mereça mais estudos em outros contextos e regiões do Brasil.

Capital social e fortalecimento das organizações sociais

O PAA apresenta arranjos institucionais que confluem à promoção de um capital social que permite a interação entre atores de diversas esferas (Estado, sociedade civil e mercado) que atuam em distintas escalas (local, municipal, regional, nacional). Afinal, muitas modalidades do programa exigem a organização social dos agricultores para sua execução, mobilizando um vasto conjunto de atores. Cada uma dessas esferas e escalas tem sua própria lógica e influencia de modo particular a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais. Portanto, acessar

e interagir com essas diferentes esferas e escalas é de extrema relevância para a agricultura familiar.

Observa-se que o acesso de associações/cooperativas ao PAA e o envolvimento destas com outras instituições têm contribuído para o seu próprio fortalecimento. As associações/cooperativas passam a ter maior conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, assim como constroem um capital social que lhes concede maior reconhecimento social, político e econômico, permitindo o acesso a outros recursos fundamentais.

O PAA também tem incitado o surgimento de novas organizações, seja para viabilizar o acesso ao programa, seja para, a partir desse engajamento, alcançar novos mercados e/ou mobilizar recursos políticos e econômicos. Em Pernambuco, por exemplo, a Cooperativa das Associações dos Agricultores Familiares de Mirandiba (Cooafam) foi criada em 2007 pelas associações que efetuam as entregas dos alimentos. Já na Bahia, os produtores passaram a formar associações visando montar seus próprios laticínios (Ortega; Jesus; Só, 2006).

Estudos têm revelado que, quanto maior o envolvimento de associações, cooperativas, organizações não governamentais, entre outros atores sociais, e quanto mais elevado o grau de consolidação dessas instituições, mais efetivos são os resultados do PAA (Muller et al., 2007; Botelho et al., 2007). Algumas análises também sinalizam a necessidade de uma participação mais ativa do poder público municipal, sobretudo na modalidade *Compra com Doação Simultânea*, particularmente no que se refere à estruturação de uma logística adequada para a implementação do programa. Relações sinérgicas entre organizações e administrações locais podem contribuir para ampliar os resultados do PAA.

Algumas limitações do PAA

Conhecimento em relação ao programa

Uma das principais limitações diz respeito à falta de clareza dos beneficiários (agricultores familiares e pessoas/famílias em situação de insegurança alimentar) em relação ao programa, seus objetivos, modalidades e procedimentos. É comum o PAA ser identificado como *Fome Zero* ou *Projeto Conab* e, em alguns casos, os agricultores familiares comercializam seus produtos para associações ou cooperativas, sem sa-

ber que estas acessam o programa. Em pesquisa realizada por Gomes e Bastos (2007, p. 19), os agricultores desconheciam os objetivos do PAA, confundindo-o muitas vezes *com um simples crédito de custeio financiado pela Conab*. Alguns beneficiários, por sua vez, ignoravam o programa e a origem dos alimentos (agricultura familiar). Já entre os mediadores, além do desconhecimento de muitos, *prevalece um desconcerto geral quanto aos seus papéis*, fruto da predominância da cultura do produtivismo, na qual a segurança alimentar e os *pequenos agricultores* têm pouco espaço.

As avaliações indicam também desconhecimento em relação às instâncias de controle social. Em pesquisa no Paraná, Doretto e Michellon (2007) notaram que mais da metade dos agricultores entrevistados ignorava a existência do Conselho Municipal incumbido de acompanhar o programa e a quase totalidade deles desconhecia suas atribuições. Por sua vez, Cordeiro (2007) atentou para o fato de que, quando o Conselho foi referido pelos participantes, estes muitas vezes apontaram a sua ineficiência. Ressalta-se a importância das instâncias de controle social, pois estas podem apurar as distorções do PAA ao nível local, a qualidade e a quantidade dos produtos comercializados e as eventuais formas de apropriação indevida da política pública. O aprofundamento do debate sobre os mecanismos de controle social, tanto no que se refere aos processos quanto às instâncias envolvidas, coloca-se, ainda, como um desafio importante na execução do programa.

Público beneficiário

Embora o PAA tenha como público os segmentos da agricultura familiar, com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares pobres e suas organizações, o programa tem enfrentado dificuldades para contemplar esses segmentos específicos mais vulneráveis socialmente (Brasil, 2010, p.8). Em 2009, 68% dos beneficiários do PAA enquadravam-se no Grupo AF do Pronaf (antigos C, D e E), enquanto assentados, pescadores artesanais, agroextrativistas, quilombolas, indígenas e trabalhadores sem terra respondiam por apenas 10,27% do acesso ao programa (Brasil, 2010).



Incentivo à produção em bases agroecológicas

Deve-se ponderar também que o PAA exige elevada contrapartida em termos de organização social e que nem todas as organizações de agricultores são capazes de responder imediatamente a essa necessidade. O programa se expressa nos locais em forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidades sociais e famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do programa. Esse arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes, conjunto este que não está presente em todas as organizações sociais, agravando-se possivelmente à medida que o nível de pobreza dos associados se acentua. Por conseguinte, onde o PAA teria maior relevância e retorno social é exatamente onde apresenta as maiores dificuldades de operacionalização.

Aspectos operacionais e logísticos do PAA

A documentação exigida para acessar o programa, notadamente a Declara-

ção de Aptidão ao Pronaf (DAP), é outra limitação. A exigência de um comprovante da posse da terra a ser explorada para obter a DAP e, em alguns casos, a cobrança indevida para sua emissão restringem a participação de muitos agricultores. Quanto às instituições proponentes, estas não raro enfrentam dificuldades estruturais que as colocam em situação de débito, o que impede a obtenção de certidões negativas. Já para as instituições beneficiárias, a informalidade de muitas (ausência de cadastro de pessoa jurídica) inviabiliza a participação no PAA.

Uma vez tendo conseguido ingressar no programa, as organizações sociais e os agricultores se deparam com o problema do atraso na liberação dos recursos. Segundo Cordeiro (2007), essa dificuldade foi citada em todas as oficinas realizadas nas várias regiões do Brasil. Conforme a autora:

Os participantes argumentaram que os atrasos criam dificuldades políticas para as associações e cooperativas junto aos associados, dificultam o abastecimento da lista de produtos aprovada no projeto, criam dificuldades financeiras para os produtores e desestimulam a participação.

Esse é um problema observado desde o começo do PAA, muitas vezes frustrando agricultores e mediadores e gerando, eventualmente, um descrédito em relação a essa política pública e às ações do Estado.

Um problema adicional é a dificuldade para transportar os produtos do local de produção até o local de consumo. Grandes distâncias, condições precárias das estradas (no Norte do Brasil, o transporte fluvial assume grande importância), carência de veículos e custo elevado são fatores que limitam a participação e a execução do programa. Para contornar essa situação, a logística de implementação da política tem sido muito variada. Em alguns casos, os agricultores trazem os alimentos até um dado ponto e a instituição responsável ou a Prefeitura (nos casos em que há parcerias) encarrega-se de repassar os alimentos às entidades



Organização de produtores: desenvolvimento do conhecimento sobre gestão administrativa e mercados

beneficiadas. Em outros, os agricultores realizam as entregas ou, ainda, a instituição responsável coleta os produtos nos estabelecimentos familiares distribuindo-os às entidades sociais. Mas em todos os casos, o transporte tem sido um desafio às organizações proponentes.

A falta de assistência técnica é outro fator limitante. Os agricultores sentem dificuldades para se organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA, o que, possivelmente, seria facilitado se a assistência técnica estivesse vinculada ao programa. Constata-se, também, que outras políticas públicas, a exemplo do Pronaf e do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), poderiam estar interligadas ao PAA. Como afirma Mattei (2007), faz-se necessário uma melhor articulação entre políticas de apoio à produção e à comercialização.

Por fim, é relevante citar outras deficiências, tais como estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo e a carência de serviços de inspeção sanitária com metodologias de ação adaptadas à realidade dos produtores, limitando a inclusão de produtos de origem animal. No caso da pesca, muitas vezes a participação no PAA é impossibilitada pela ausência de energia e equipamentos de refrigeração. O mesmo problema se manifesta nas entidades e escolas favorecidas com as doações que, carecendo de energia elétrica e refrigeração para conservar os alimentos, ficam excluídas do programa.

Catia Grisa
doutoranda no CPDA/UFRRJ
catiagrisa@yahoo.com.br

Claudia Job Schmitt
professora do CPDA/UFRRJ
claudia.js@oi.com.br

Lauro Francisco Mattei
professor do CSE/UFSC
mattei@cse.ufsc.br

Renato Sergio Maluf
professor do CPDA/UFRRJ
renato.maluf@terra.com.br

Sergio Pereira Leite
professor do CPDA/UFRRJ
sergiopereiraite@uol.com.br

Referências bibliográficas:

- BOTELHO, F.B. et al. Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate – síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n. 5, 2007.
- BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília: MDA, 2010. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).
- CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.
- DELGADO, G.C. et al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão 1145).
- DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.
- GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.
- MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.
- MULLER, A.L. et al. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.
- ORTEGA, A.C.; JESUS, C.M.; SÓ, L.L.S. O PAA-Leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. **Cadernos do CEAM**, ano V, n. 24, p. 57-89, ago. 2006.
- PANDOLFO, M.C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 14-17, jun. 2008.
- ROCHA, A.G.P.; CERQUEIRA, S.P.; COELHO, V.P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007.
- SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.
- SPAROVEK, G. et al. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região Nordeste. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate – síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n. 5, 2007.
- SURITA, R. Alimentando a cidadania. **Revista Agriculturas**, v. 1, n. 0, p. 8-10, 2004.
- TRICHES, R.M.; FROELICH, E. Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: **II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: PGDR, 2008.
- ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008.

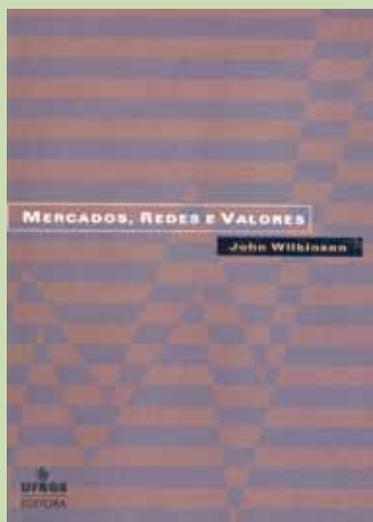


Supermercados, no gracias. Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas

MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Orgs.) Barcelona: Icaria, 2007.

No decorrer do século XX, os mecanismos de distribuição de alimentos no varejo foram profundamente alterados com o surgimento dos supermercados e hipermercados, influenciando decisivamente os padrões de consumo alimentar de parcelas crescentes da humanidade.

O livro desnuda os processos que levaram a essa concentração do comércio de alimentos e os seus impactos sobre a agricultura, o meio ambiente e os direitos de agricultores e consumidores. Apresenta também as formas de resistência a essa tendência com a revitalização dos canais curtos de comercialização de alimentos.



Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar

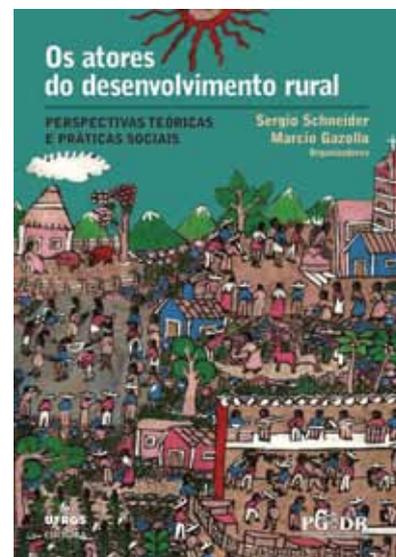
WILKINSON, J. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Diante do conjunto de transformações que atingem o sistema agroalimentar, o autor analisa as opções estratégicas da agricultura familiar, abordando sua especificidade e resiliência, assim como a conquista de seu espaço tanto nas novas regras políticas quanto na nova dinâmica dos mercados. As reflexões são realizadas no contexto da desregulamentação e da globalização dos mercados agrícolas, da transnacionalização dos atores dominantes nas cadeias agroalimentares e das mudanças nos padrões de consumo alimentar.

Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais

SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

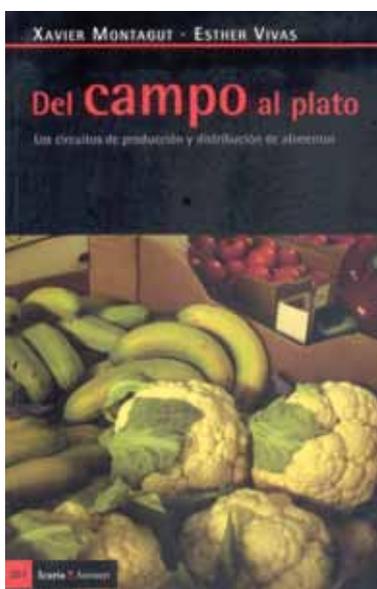
Procurando articular a interação entre a teoria e a pesquisa empírica, o livro trata da ação dos atores sociais que desenvolvem práticas produtivas e processos de interação social e econômica que, no geral, modificam e transformam a forma de trabalhar, produzir e de viver. Aborda as interfaces que os agricultores familiares estabelecem com outros atores presentes no meio rural e, sobretudo, analisa as formas de interação que constroem com os mercados, as instituições e a dinâmica social e econômica da sociedade como um todo.



Del campo al plato: circuitos de producción y distribución de alimentos

MONTAGUT, X.; VIVAS, E. Barcelona: Icaria, 2009.

O livro apresenta a face oculta do sistema agroalimentar dominante ao revelar seus atores, seus impactos e as causas da crise alimentar global. Aponta também para as variadas alternativas que vêm sendo construídas a partir de organizações locais e movimentos sociais. Conta com testemunhos de ativistas, agricultores e pesquisadores, que relatam as consequências das políticas neoliberais, assim como suas lutas a favor da soberania alimentar, do comércio justo e do consumo crítico.





Intermapas: integração de iniciativas de mapeamento para apoiar as lutas populares em defesa dos territórios

O Intermapas é uma ferramenta de integração de iniciativas de mapeamento realizadas por redes da sociedade civil comprometidas com a justiça social e ambiental e a sustentabilidade. A proposta tem gerado interesse nos debates que vêm ocorrendo em diversas redes do Brasil da América Latina, que percebem o seu caráter estratégico, ao mostrar os conflitos gerados pelo avanço territorial do modelo dominante de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities*, além de dar visibilidade às variadas formas resistência e às alternativas a este modelo.

Uma primeira versão do intermapas pode ser acessada em www.fbes.org.br/intermapas, contendo até o momento as seguintes iniciativas:

- Agroecologia em Rede (www.agroecologiaemrede.org.br) – Banco de dados de pesquisas, experiências e pessoas que trabalham com a Agroecologia em todo o Brasil. Instrumento concebido e mantido pela AS-PTA a serviço da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
- Farejador da Economia Solidária (www.fbes.org.br/farejador) – Ferramenta que permite a busca de produtos e serviços oferecidos ou consumidos por empreendimentos da Economia Solidária no país. Uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde (www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/) – Fruto de um projeto conjunto entre a Fiocruz e a Fase com o objetivo de mapear e apoiar a luta das populações atingidas por projetos e políticas insustentáveis e prejudiciais à saúde.
- Mapa dos Projetos Apoiados pelo BNDES (www.plataformabndes.org.br/mapas/) – O mapeamento dos projetos de financiamento do BNDES visa tornar as ações da instituição transparentes e acessíveis ao controle social, sendo fruto de um projeto do Ibase em articulação com organizações e movimentos sociais.

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na Leisa Latinoamericana (editada no Peru) e na *Revista Farming Matters* (editada na Holanda).

Encontro Nacional de Diálogos e Convergências

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo foi realizado em setembro de 2011, em Salvador (BA), reunindo cerca de 300 participantes. O evento permitiu o intenso debate entre trabalhadores do campo e da cidade, movimentos sociais, pesquisadores, estudantes e diversas organizações, todos integrados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), à Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), à Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV), à Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

O sucesso do encontro foi resultado de um longo processo de preparação motivado pela identificação e sistematização de experiências que representam variadas formas de resistência das populações em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país. Vindos de todas as regiões do Brasil, os casos iluminaram os debates durante os três dias de evento e fundamentam a manifestação política



Encontro Nacional de Diálogos e Convergências

agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo.

que foi compilada em uma carta entregue à Secretaria-Geral da Presidência da República.

O documento critica o padrão de desenvolvimento fomentado pelo Estado brasileiro, que se baseia no crescimento econômico pela via da exportação de mercadorias – principalmente minérios e gêneros agrícolas – que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. Denuncia os efeitos diretos desse modelo de desenvolvimento como a destruição do meio ambiente, o agravamento da pobreza e da violência no campo e nas cidades. Em contraposição, aponta caminhos para a construção de estilos alternativos de desenvolvimento baseados na Agroecologia e na Economia Solidária. Para a leitura da carta política e para maiores detalhes sobre o evento, acesse o blog www.dialogoseconvergencias.org.

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.aspta.org.br/agriculturas